



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Análise da implementação de um plano de treino de competências parentais em pais com filhos institucionalizados: Estudo de caso do Centro de Acolhimento Temporário – Casa da Palmeira da Associação Luís Pereira da Mota

Ana Paula Carvalho de Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Doutora Sónia P. Gonçalves, Professora Auxiliar Instituto Piaget

Coorientador:

Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2014



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Análise da implementação de um plano de treino de competências parentais em pais com filhos institucionalizados: Estudo de caso do Centro de Acolhimento Temporário – Casa da Palmeira da Associação Luís Pereira da Mota

Ana Paula Carvalho de Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Doutora Sónia P. Gonçalves, Professora Auxiliar Instituto Piaget

Coorientador:

Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2014

Agradecimentos

Todas as palavras que possa aqui deixar não conseguem demonstrar o agradecimento sincero que quero prestar a muitos.

À minha orientadora que me apoiou sempre e me deu animo nos momentos mais complicados com palavras fortes e revigorantes. Ao trabalho incansável de leituras, correções e propostas de mudança, fazendo-me sempre acreditar que era possível.

Ao meu coorientador que mesmo um pouco menos visível, sempre esteve disponível e presente, permitindo que me levasse a novas reflexões e provocações.

À família, em particular à minha mãe que desde o primeiro minuto me deu a maior força. Esteve presente sempre, sendo cada minuto para mim uma nova esperança que era possível. Assim como à minha mais recente família que foi incansável, correndo lado a lado comigo.

Não menos importantes, estiveram os meus colegas de trabalho, que sempre se mostram prontos a colaborar, vivendo as minhas dificuldades e angustias.

Agradeço também à Associação Luís Pereira da Mota, na pessoa da Sra. diretora do CAT Casa da Palmeira que permitiu que autorizou que fizesse este estudo na vertente académica.

A todas as famílias que fizeram parte do estudo de caso e em particular os seus filhos, com os quais me cruzo todos os dias e aprendemos mutuamente nesta escola da vida.

E a muitas outras pessoas que fazem parte da minha vida,

Um muito obrigada.

Não Posso Adiar o Amor

“Não posso adiar o amor para outro século
Não posso
Ainda que o grito sufoque na garganta
Ainda que o ódio estale e crepite e arda
Sob montanhas cinzentas
e montanhas cinzentas

Não posso adiar este abraço
Que é uma arma de dois gumes
amor e ódio

Não posso adiar
Ainda que a noite pese séculos sobre as costas
E a aurora indecisa demore
Não posso adiar para outro século a minha vida
Nem o meu amor
nem o meu grito de libertação

Não posso adiar o coração”

O poeta António Ramos Rosa, "*Viagem Através de uma Nebulosa*"

Resumo

A partir da análise do estudo de caso a um programa de treino de competências parentais, a pais com filhos institucionalizados num centro de acolhimento temporário, pretende-se obter respostas às dificuldades da parentalidade em famílias carenciadas, através da aplicação de programas de competências parentais.

Nesta análise do programa desenvolvido no Centro de Acolhimento Temporário Casa da Palmeira da ALPM, no âmbito do plano Sere+, cujo objetivo centra-se na articulação com os pais e na melhoria das suas competências enquanto progenitores. Foi aplicada uma metodologia quantitativa longitudinal e descritiva, na medida em que foi possível a construção do plano de competências parentais, a aplicação e avaliação.

Os resultados do programa não são significativamente positivos. Apresentam dificuldades das famílias para a sua reestruturação na parentalidade e alguns constrangimentos dos profissionais na aplicação do programa por falta de foco social, por vezes dificuldade na diferenciação do tipo de intervenção a desenvolver, ou seja, falta de clareza na intervenção.

Conclui-se que os programas de competências parentais, embora com alguns resultados positivos, demonstram ser vulneráveis na estrutura, aplicação e avaliação, necessitando por isso de serem repensados. É importante levantar as questões da qualificação, supervisão e desvirtualização sociopolítica dos técnicos. Pede-se clareza concetual; ao nível do quadro legislativo no que respeita à matéria de infância e juventude; medidas de apoio à família e na forma de aplicação pelos profissionais.

Palavras-chave – competências parentais; famílias carenciadas; políticas de apoio à família; intervenção dos profissionais

Código Jel: 8H; 9I.

Abstract

From the case study analysis of a training program parenting skills, parents with children institutionalized in a temporary shelter center, we intend to get answers to the difficulties of parenting in disadvantaged families through the application of parenting skills programs.

This analysis program carried at the Centre for Temporary Shelter House Palm of ALPM under the Sere plan +, whose goal focuses on collaboration with parents and improving their skills as parents, it was applied a longitudinal descriptive and quantitative methodology insofar as it was possible to build up the parenting skills, implementation and evaluation.

The program results are not significantly positive. They show difficulties for the families in the parenthood restructuring and some constraints of professionals in implementing the program for lack of social focus, sometimes difficulty in differentiating the type of intervention to develop, ie, lack of clarity in intervention.

It is concluded that the parenting skills programs, though with some positive results, proving to be vulnerable in the structure, implementation and evaluation, thus necessitating to be rethought. It is important to raise the issues of qualification, supervision and socio-political defocus technicians. Conceptual asks if the legislative framework with regard to matters of childhood and youth, measures to support the family and in the application form by professional level clarity.

Keywords - parenting skills; disadvantaged families; policies to support families; professional intervention

Código Jel: 8H; 9I.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	iv
ÍNDICE	v
Índice de Quadros	vii
Glossário de Siglas	viii
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento do estudo.....	2
1.1. O objeto de estudo.....	4
1.2. Metodologia aplicada	4
Capítulo II - A Infância e as representações sociais e jurídicas	6
2.1. Representações sociais da infância – Breve perspectiva histórica	6
2.2. Intervenção jurídica aplicada à infância, breve perspectiva histórica: Os Direitos da Criança.....	7
2.3. O contexto jurídico português aplicado aos Direitos da Criança	8
2.4. Os conceitos de necessidade, risco e perigo na infância	11
2.4.1 Conceito de necessidade na infância	11
2.4.2 Conceitos de risco e perigo na infância	12
Capítulo III - A Família e as competências parentais.....	17
3.1. A Família – Evolução, estrutura e funcionamento	17
3.1.1 Competências parentais e os problemas de comportamento dos pais	19
3.1.2 As competências parentais no ambiente sócio familiar.....	21
3.2. Relacionamentos familiares	23
3.2.1 Genogramas.....	24
Capítulo IV - A ECONOMIA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA – COMO MECANISMOS DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, CONCEITOS, ABORDAGENS E REFLEXÕES.....	28
4.1. Breve abordagem histórica da Economia Social e da Economia Solidária.....	28
4.2. Pobreza e exclusão social – algumas definições	33
4.3. Pobreza e exclusão social – Algumas propostas de ação anti pobreza.....	36
4.4. Políticas Públicas de apoio à família – Medidas vigentes/aplicabilidade, reflexões e sugestões.....	37
4.5. Intervenção com famílias vulneráveis com crianças em risco e perigo – reflexão sobre o treino de competências parentais.....	41

CAPÍTULO V - ABORDAGEM PRÁTICA – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO – ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE TREINO DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS EM PAIS COM FILHOS INSTITUCIONALIZADOS: O ESTUDO DE CASO DO CAT – CASA DA PALMEIRA DA ASSOCIAÇÃO LUÍS PEREIRA DA MOTA (ALPM)	46
5.1. Breve apresentação histórica da ALPM	46
5.2. A ALPM – Valência CAT – Casa da Palmeira – estrutura e funcionamento.....	47
5.3. Processo de admissão de crianças no CAT	48
5.4. Plano Sere+ - Breve perspectiva histórica e implementação.....	50
5.4.1 Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ do 1º semestre de 2013	50
5.4.2 Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ definidos para o CAT CP.....	51
5.5. Apresentação de resultados do estudo.....	52
5.5.1 Caracterização Sociodemográfica dos pais	53
5.5.2 Tipo de relações familiares e emocionais entre pais e filhos.....	55
5.5.3 Aplicação dos instrumentos de análise e seus resultados	57
5.5.4 Grelhas de treino de competências parentais – atividades desenvolvidas	57
5.5.5 Análise swot aos pais – resultados	61
5.5.6 Análise swot em focus grupo aos colaboradores do CAT - resultados	62
Conclusões gerais e reflexões	66
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	74

Índice de Quadros

Quadro 1 - Áreas de intervenção da ALPM.....	47
Quadro 2 - Tabela dos colaboradores do CAT	48
Quadro 3 - Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ 1º semestre de 2013.....	51
Quadro 4 - Áreas estratégicas e objetivos a desenvolver no decorrer do 2º semestre de 2013 no âmbito do Plano Sere+ para o CAT Casa da Palmeira	51
Quadro 5 - Ações a desenvolver no decorrer do 2º semestre de 2013, no âmbito do Plano Sere+ para o CAT Casa da Palmeira	52
Quadro 6 - Grelha de competências parentais aplicada às famílias em estudo.....	53
Quadro 7 - Caracterização socio demográfica dos pais	54
Quadro 8 - Tipo de relações familiares e emocionais dos agregados do estudo	56
Quadro 9 - Nº de grelhas de competências parentais aplicadas às famílias em estudo.....	57
Quadro 10 - Áreas gerais e específicas trabalhadas com pais e filhos e sua incidência	58
Quadro 11 - Análise swot comparativa das famílias do estudo.....	61
Quadro 12 - Análise swot em focus grupo dos colaboradores do CAT Casa da Palmeira	63

Glossário de Siglas

ALPM – Associação Luís Pereira da Mota

Art.º - Artigo

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

ECJ – Equipa de Proteção de Crianças e Jovens

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

MSSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

ONU - Organização das Nações Unidas

PES – Programa de Emergência Social

Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudança

Plano Sere + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POAT - Programa Operacional de Assistência Técnica

OFAP - Observatório das Famílias e das Políticas de Família

QREN - Quadro Regional Estratégico Nacional

RENASO - Rede Nacional de Solidariedade

RSI - Rendimento Social de Inserção

UNICEF - United Nations Children's Fund - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

Capítulo I - Enquadramento do estudo

O presente trabalho enquadra-se na tese de mestrado em economia social e solidária do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, cujo tema se centra na “Análise da implementação de um plano de treino de competências parentais em pais com filhos institucionalizados: Estudo de caso do Centro de Acolhimento Temporário – Casa da Palmeira da Associação Luís Pereira da Mota”.

O estudo assentou em duas componentes, uma sobre o desenvolvimento de um instrumento de trabalho, no âmbito do Programa Sere+ do Instituto da Segurança Social (ISS), com aplicação em famílias com crianças institucionalizadas, no Centro de Acolhimento Temporário (CAT), Casa da Palmeira. Por outro lado, a possibilidade de avaliação do mesmo, permitindo a ligação ao quadro referencial das políticas públicas com enfoque nas medidas de apoio à família.

Esta oportunidade da aplicação de um plano de treino de competências parentais parece-nos pertinente, não apenas na sua dimensão e importância familiar, mas principalmente como forma de permitir pistas de reflexão a vários níveis; a aplicabilidade das políticas públicas na família, na intervenção dos profissionais de 1ª linha de atuação e na continuidade da aplicação de Medidas de Promoção e Proteção na criança.

Atualmente verificamos uma alteração do paradigma social, tendo por base a globalização e suas implicações, quer negativas, quer positivas, com consequências nas populações, nas políticas e nas práticas sociais.

Documentos da Organização das Nações Unidas (ONU)¹ referem que em cerca de 30 anos, ou seja até 2011, a população mundial aumentou de 3600 para 7000 milhões.

Segundo dados registados no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2014, desde 1990 os países na sua maioria apresentaram um desenvolvimento humano, com resultados positivos, sendo o progresso contínuo.

Contudo, ainda muito trabalho há a fazer em todos os países, principalmente nos menos desenvolvidos, visto que ainda se registam muitas vulnerabilidades nas populações, onde o Programa destaca ainda as situações de pobreza.

Desta forma, os relatórios PNUD, e em particular o de 2014, mantêm recomendações de carácter universal a onde se salienta a importância do acesso universal aos serviços sociais básicos (saúde, educação), bem como uma proteção social mais consolidada (com maior importância para as pensões e subsídios de desemprego), redução de desigualdades e de exclusão como forma de potenciar o ser humano².

¹ ONU e a População Mundial - <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>

² Relatório do PNUD 2014

No mundo existem aproximadamente 2000 milhões de crianças, ou seja, cerca de 36% da população mundial, segundo a United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ou UNICEF.³

A partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁴, o número de nascimentos vivos de mulheres que residem em Portugal foi em 2013 cerca de 82787 crianças.

Portugal, segundo o INE, em cinquenta anos, tem vindo a registar um decréscimo continuado e evidente do número de nascimentos, registando desde essa década até então menos cerca de 930 000 crianças.

Tal como os relatórios do PNUD apelam à atenção para os números da pobreza, Portugal também apresenta em 2012 uma taxa de risco de pobreza para menores, na ordem dos 24,4%, sendo esta percentagem superior à de 2011, com 21,8%.⁵

É do conhecimento de todos que a composição da família tem mostrado diferenças ao longo das últimas décadas, e que na atualidade mostra-se como sendo um factor para o risco da pobreza, com maior preocupação para as crianças, tal como é registado percentualmente nos dados do INE. Assim, estes dados apresentam maiores vulnerabilidades para situações de pobreza de agregados familiares, compostos por dois adultos com três ou mais crianças e também agregados com um adulto com uma criança a seu cargo⁶.

O presente trabalho surge exatamente no ano da comemoração do 25º anos da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), como forma possível de nos lembrar que independentemente do local a onde as crianças nascem, os seus direitos devem ser referenciados, mediante a aplicação exata das políticas sociais, como forma de garantia do desenvolvimento o mais equilibrado, quer na sua família de origem, ou não, nunca nos afastando da ideia de que serão os adultos de amanhã.

³ https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

⁴ Dados INE de 30 Maio de 2014

⁵ Idem

⁶ Idem

1.1. O objeto de estudo

Constitui objeto de estudo do presente trabalho a análise da implementação de um programa de treino de competências parentais a pais com crianças institucionalizadas no CAT Casa da Palmeira na perspectiva dos profissionais com envolvimento dos pais.

1.2. Metodologia aplicada

A metodologia aplicada no estudo de caso centrou-se em duas vertentes, a metodologia quantitativa longitudinal na medida em que foi possível o acompanhamento do programa nas diversas fases. Por outro lado, enquadra-se também a metodologia descritiva, dado a possibilidade de descrição do programa e a respetiva avaliação.

Capítulo II - A Infância e as representações sociais e jurídicas

Capítulo II - A Infância e as representações sociais e jurídicas

2.1. Representações sociais da infância – Breve perspectiva histórica

Numa breve perspectiva histórica sobre a infância, é possível perceber que desde tempos remotos as crianças eram maltratadas, exploradas e sujeitas a diversas atrocidades, a onde se destaca a norma socialmente aceite de infanticídio.

Segundo Almeida⁷, na Roma antiga existiam locais onde sacrificavam os primogénitos, tal como nas religiões da Índia, China e Egito, a onde os recém-nascidos eram sacrificados em nome das divindades.

Na Idade Média, a criança fazia parte da sociedade dos adultos, sendo tratada como tal.

Esta situação deve-se ao facto do modelo familiar da época, ser caracterizado como inexistência de intimidade familiar, olhando-se para a família como meio de subsistência, onde predominavam sentimentos de total obediência, inexistindo espaço para afetos.

Na época pós medieval, verificam-se alterações à forma de viver em família, principalmente no que concerne à infância, sendo esta enquadrada como tal na vida social. Esta perspectiva continuou em evolução, permitindo que durante o século XIX, surgissem interesses nas matérias de proteção de menores.

Contudo, Almeida menciona ainda que as famílias na época, com receio da punição social, visto que as situações de maus tratos a crianças passam a ser denunciadas, tentam ocultar as violências que praticavam nos filhos. Em situações de denúncia de maus tratos físicos, as famílias abandonavam as crianças.

Assim Almeida refere que regista-se nessa época, o fenómeno da criança em risco. Havendo um progressivo e lento desenvolvimento da proteção das crianças na sociedade, permitindo que se considerasse a infância como um momento irrepetível na constituição do indivíduo.

A revolução industrial provocou alterações também na forma de família, passando de família alargada, para família nuclear, havendo nestas uma perda de algumas funções que o anterior tipo de família apresentava aos seus elementos. Nesta época, com os processos de migração, promoveram a redução do número de elementos na família, apresentando uma nova perspectiva da infância.

A criança agora é valorizada e tem entidade própria. A família pelas circunstâncias da época tem liberdade para poder optar ou não por ter filhos.⁸

As famílias com filhos passam a ter como pensamento sobre estes, que os têm que servir, em vez de os utilizar como meio de subsistência, tendência verificada até à época. Havendo durante a era da

⁷ Almeida, Marta (2006) revisão bibliográfica ao nível da evolução da família.

⁸ idem

revolução industrial sinalizações de maus tratos laborais de crianças, entre outros maus tratos cometidos às crianças em todo o mundo. (Almeida 2006: 15-16)

Da revisão bibliográfica⁹, entende-se que nas sociedades do antigo regime, o lugar da criança na família é substancialmente alterado. Regista-se um declínio da importância da mão-de-obra infantil, visto que a criança tinha uma função económica, nas sociedades com características de agricultura familiar de subsistência. Para além da perda de importância na mão-de-obra infantil, houve um declínio, segundo a autora da função assistencial, ou seja, os filhos adultos em épocas anteriores cuidavam dos progenitores idosos, garantindo a sua subsistência e cuidados. Passando essa função para a responsabilidade do Estado, a partir de políticas públicas específicas. Uma outra função igualmente alterada nas massas urbanas é a de linhagem, prevendo que os filhos dessem continuidade à geração através de descendentes. Sabemos que a taxa de natalidade se mantém baixa.

Embora o papel da criança na família tenha tido diversas alterações nas suas funções, há uma função que se mantém, ou seja, a função afetiva. “Nos nossos dias a criança representa para os pais, basicamente, uma fonte de gratificação pessoal.” (Cunha, 2005:467)

A sensibilidade para estas matérias, foi sendo ao longo dos séculos progressiva, tendo permitido o surgimento até à data de inúmeras declarações, convenções, leis sobre os direitos das crianças por todo o mundo. Contudo, ainda sabemos que há muito trabalho por fazer e que há crianças cujas situações não têm melhorado. Mantêm-se um pouco por todo o mundo situações de pobreza, maus tratos a vários níveis e negligências.

2.2. Intervenção jurídica aplicada à infância, breve perspectiva histórica: Os Direitos da Criança

É no século XIX em Inglaterra que se registam as primeiras intervenções jurídicas aplicadas à matéria da infância. Tendo sido criado o primeiro diploma legal a onde estava definido o limite mínimo de idade das crianças nas minas de carvão. (Almeida 2006: 21)

No período após a segunda guerra mundial, como forma de apoiar mundialmente os países na sua reconstrução e como garantia no melhoramento da qualidade de vida das crianças, foram postas em prática medidas nesse sentido, a onde surge a Declaração dos Direitos da Criança, ratificada por todos os países, com exceção dos Estados Unidos e Somália.

É referido neste documento não só a atribuição da responsabilidade da proteção da criança pela família, mas também pelo Estado e por toda a sociedade.

Foi em 1959 que a Organização das Nações Unidas, promulga a Declaração dos Direitos da Criança, tendo a Declaração dos Direitos do Homem sido proclamada em 1948. Passados mais trinta anos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC), concluiu-se que esta é um cidadão de

⁹ idem

plenos direitos. Este documento é composto por 54 artigos que definem um conjunto de direitos da criança, onde se adotou o conceito de criança. (Rodrigues 2012: 27-28)

Nos seus 54 artigos, a CDC define, entre outros aspetos, que uma criança, isto é, qualquer ser humano com menos de 18 anos, é um cidadão titular de direitos, entre os quais, o direito a um nome, a uma nacionalidade e a uma educação adequada, com liberdade de pensamento, consciência, religião, associação e expressão, com direito a que a sua opinião seja tida em consideração, a não ser alvo de discriminação, à proteção da sua vida privada, bem como com o direito ao repouso, a tempos-livres e atividades culturais e artísticas. (Rodrigues 2012: 28)

2.3. O contexto jurídico português aplicado aos Direitos da Criança

Foi com a aplicação da Carta Régia, em 1534, que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa garante a proteção das crianças que anonimamente eram entregues a esta instituição, através da Roda dos Expostos. Contudo, só em 1910, é criada a primeira lei de proteção à infância, mesmo sendo progressista pois reconhece a essencialidade de medidas legislativas diferentes para crianças e adultos, menciona também a intervenção do Estado nesta matéria.

Até ao ano 2000, a legislação vigente em matéria de menores, centrou-se na Organização Tutelar de Menores, vigorando a intervenção com crianças em perigo. Porém, há ainda pouca definição para situações na infância bastante diferenciadas, no que concerne a crianças abusadas e delinquentes. Esta fragilidade na legislação foi clarificada e distinta na criação do novo paradigma de proteção da criança, a partir da ratificação do CDC, promulgada em Portugal a 21 de setembro de 1990.

Entre várias alterações na lei e criação de nova legislação, surge como uma das medidas implementadas, as Comissões de Proteção de Menores em 1991, cujo objetivo é de garantirem a integridade física e ou moral das crianças.

É em 1998 que surge a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com o propósito de coordenar e avaliar as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no trabalho com as crianças em situação de risco e perigo, mediante o desenvolvimento de respostas sociais, tais como centros de acolhimento e promover programas e estudos relativos à temática das crianças em risco/perigo. Ainda prevê a atualização da análise diagnóstica das crianças institucionalizadas.

Ainda durante o ano de 1999, surgem novas e significativas mudanças legislativas na matéria de infância, fazendo a distinção clara que até então não existia, para as situações de crianças que cometem delitos, espelhada na Lei Tutelar Educativa, lei n.º 166/99 e para crianças desprotegidas, manifestada na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99. (Rodrigues, 2012: 29-30)

A lei n.º 147/99 de 1 de Setembro é alterada pela Lei 31/2003 de 22 de Agosto que ainda hoje vigora. (Carvalho, 2013: 8)

A lei 147/99 prevê a intervenção do Estado na proteção dos Direitos da Criança quando os seus direitos não são assegurados, tais como a segurança, saúde, educação, formação e o seu desenvolvimento. Contudo, a intervenção da lei centra-se sobretudo em situações de perigo, não contemplando efetivamente ação no âmbito da prevenção secundária, ou seja, a eliminação ou redução de situações geradoras de risco, mediante a atuação direta na criança ou seus responsáveis e na comunidade.

A Lei de Proteção prevê um conjunto de procedimentos que fazem parte do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, este apresenta-se como forma administrativa, ou seja, a proteção das crianças é feita sob a forma local e regional.

Desta forma, a sinalização de situações de perigo, sobre as quais as entidades locais e regionais não têm capacidade de atuação, permite que as situações sejam encaminhadas para as Comissões de Proteção de Crianças, onde são aplicadas um conjunto de medidas de Promoção e Proteção previstas na Lei 147/99.

Essa aplicação de medidas junto da criança só é plena quando os progenitores dão consentimento de intervenção ou quando a criança com idade igual ou superior a 12 anos não se oponha à intervenção.

As Medidas de Promoção e de Proteção à criança estão definidas na Lei 147/99 e são de dois tipos; por um lado a Medida em Meio Natural de Vida e por outro, Medidas de Colocação.

A primeira permite à criança ou jovem, a possibilidade de crescer na sua família de origem, tendo também a possibilidade de beneficiar de apoio psicopedagógico, social e económico, atribuídos à família ou à criança. Ainda relativamente aos tipos de apoio, o psicopedagógico, pressupõe a intervenção nos diferentes ciclos de desenvolvimento da criança adequados igualmente ao cenário familiar. Permitindo uma avaliação diagnóstica por forma a identificar necessidades e potencialidades da família, de maneira a fomentar por parte da família os comportamentos mais adequados para o melhor desenvolvimento da criança, dando acesso a ações de formação na área das competências parentais.

Relativamente ao apoio social, este pressupõe o envolvimento dos recursos da comunidade na criança ou jovem e a sua família, para que os agregados possam usufruir desses recursos na medida das suas necessidades. O apoio económico surge como uma forma pecuniária atribuída à família para os cuidados da criança.

Igualmente fazem parte das Medidas Aplicadas em Meio Natural de Vida, o apoio que é prestado quando a criança se mantém com os pais, sendo designada como Medida de Apoio Junto dos Pais. Quando necessário, é aplicada a Medida de Apoio junto de Outro Familiar. Quando são aplicadas estas duas últimas medidas, poderá ocorrer o alargamento dos apoios à família e podendo esta beneficiar de um programa de melhoramento das competências parentais.

Dentro destas medidas de apoio, há ainda uma outra que permite que o jovem com idade superior a quinze anos possa ter acesso de forma mais adequada à sua autonomização, designada como Apoio para Autonomia de Vida.

Na situação de nenhum elemento da família, poder cuidar da criança ou jovem, aplica-se a Medida de Colocação da criança à Guarda (ou pessoa idónea) de uma pessoa que embora não seja da família tenha desenvolvido com a criança uma relação mútua.

As Medidas de Colocação implicam que a criança seja confiada a um local e pessoa idónea para o efeito.

Existem dois tipos de Medidas de Colocação:

1. Acolhimento Familiar – Ocorre quando se verifica a possibilidade de regresso da criança à família. Para que isso aconteça a criança é confiada a uma pessoa singular ou a uma família que previamente foi selecionada ou pela Segurança Social ou pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Para o retorno, são assegurados que os cuidados à criança sejam adequados.
2. Acolhimento em instituição – A criança é colocada sob os cuidados de uma instituição que lhe favoreça igualmente ambiente com relação afetiva/familiar de forma personalizada a onde o seu bem-estar e desenvolvimento pessoal sejam proporcionados.

Há três modalidades de acolhimento em instituição:

I - Unidades de Emergência que acolhem as crianças pelo máximo de 48h que se encontrem em situação de perigo;

II – Acolhimento temporário – Unidades que acolhem crianças em fase de análise do seu projeto de vida, pelo período máximo de 6 meses, podendo sempre que se justifique prorrogar o tempo de acolhimento;

III – Lar de Infância e Juventude – Unidades de acolhimento em que as crianças e jovens são encaminhadas no caso de esse acolhimento ser previsto por mais do que 6 meses.

Com exceção às medidas de confiança à pessoa selecionada para a adoção e a medida de confiança em pessoa idónea, todas as outras medidas aplicadas em meio natural de vida, anteriormente apresentadas, são medidas de Promoção e Proteção que permitem um acompanhamento permanente (durante o tempo da aplicação da medida) à família. Têm como objetivo proporcionar condições na família, permitindo o regresso da criança ao seu seio familiar. (Rodrigues, 2012: 32-34)

Destaca-se que em Portugal a medida de acolhimento em instituição apresenta-se como sendo o último recurso, enquadrado sempre como provisório, pretendendo reservar o superior interesse da criança e retirar-la da situação de perigo a que estava exposta. Desta forma permite-se o estabelecido

na CDC, situação não verificada em outros países que igualmente ratificaram a CDC. (Carvalho, 2013:17)

2.4. Os conceitos de necessidade, risco e perigo na infância

2.4.1 Conceito de necessidade na infância

Para ser apresentado o conceito de risco e perigo na infância, há ainda que abordar o conceito de necessidade. Este é tido como um conjunto de cuidados básicos por forma a satisfazer o bem-estar da criança que permita um pleno desenvolvimento. (Rodrigues, 2012:64-66)

A partir da ideia de quais as áreas que favorecem os momentos de bem-estar na criança, entendemos neste contexto a definição de situações em que a criança está exposta ao risco e ao perigo, podendo assim apresentar uma melhor resposta sobre as necessidades específicas da criança e família à qual pertence. Esta sequência dá enfoque aos momentos em que os cuidados básicos não estão assegurados por quem cuida da criança, logo, deparamo-nos com situações de perigo e ou risco, visto que a criança não usufrui de plenas condições de bem-estar.

O conceito de necessidade é apresentado por Maslow enquadrado na teoria da hierarquia das necessidades, sendo esta definida como o estado de desequilíbrio interno do organismo, em que o indivíduo fica em condições de risco/perigo. Por sua vez, nesta fase o indivíduo busca extinguir essa situação para alcançar de novo o equilíbrio, logo, o bem-estar. Maslow ainda refere que as necessidades são perspectivadas por um lado, como sendo de natureza primária ou fisiológica, tais como fome, sede, segurança, e por outro, são necessidades de carácter secundário, onde o indivíduo experimenta a realização, poder e sentimentos.

Houve uma evolução no próprio conceito de necessidade, pois, constatou-se que os vários tipos de necessidades podem permitir um melhor desenvolvimento do indivíduo. Podendo ser discutido o carácter relativo deste conceito, pois podem ser incluídos diversos tipos de variáveis ao conceito dependendo da época histórica, cenário social, cultural e geográfico em que o indivíduo está inserido.

Contudo, deve-se ter em conta quais os fatores presentes na vida do indivíduo que o afetam positivamente, sendo são fatores de proteção. É necessário também a identificação dos fatores que afetam de forma negativa o indivíduo, proporcionando-lhe situações de risco e de perigo, pois afetam o seu bem-estar¹⁰.

Não nos podemos esquecer que o facto de as crianças terem ciclos de desenvolvimento dinâmicos, as suas necessidades vão sendo necessariamente alteradas, dado que vão desenvolvendo

¹⁰Idem

competências mais complexas. Assim, as respostas às suas necessidades alteram-se devido às etapas evolutivas em que a criança se situa.¹¹

Com a identificação das necessidades, torna-se possível destacar situações de risco ou perigo e desta forma, avaliar quais as condições essenciais a serem previstas para cada situação. (CNPJCJR, s.a :21-22)

2.4.2 Conceitos de risco e perigo na infância

Os fatores de risco pressupõe situações no indivíduo vivenciadas de forma negativa, podendo estas proporcionarem vários problemas de ordem psicológica, social e física, visto que favorecem o seu desequilíbrio biopsicossocial. (Freire e Alexandre, 2013: 121)

Tendo por base uma abordagem sistémica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979), o risco poderá ser considerado nos vários sistemas dos quais o sujeito faz parte, se desenvolve e interage: o pessoal (e.g., baixas competências intelectuais, pessoais, sociais, hábitos de trabalho e de aprendizagem, género) (Paludo & Koller, 2005); o interpessoal (e.g., rejeição dos pares, isolamento social); o familiar (e.g., baixo estatuto social, conflitos familiares, destruturação familiar, modelos desviantes; ausência de apoio afetivo); o escolar (e.g., insucesso escolar, não valorização escolar); e o comunitário (e.g., contexto sistémico/ecológico – desorganização comunitária, racismo, desemprego, pobreza extrema ou baixo estatuto socioeconómico e ausência de apoio social) (Simões, 2008). (Freire e Alexandre, 2013: 121)

O conceito de risco é mais alargado juridicamente do que o de perigo. Apresentam dimensões sociais diferentes, embora sendo de difícil delimitação.

“O ordenamento jurídico de regulação da intervenção do Estado e da sociedade junto da criança e jovens é elemento estruturante nas relações e dinâmicas sociais.” (Carvalho, 2013:6)

As situações de risco pressupõem um perigo no pleno gozo dos direitos da criança, contudo não alcança tão grave prejuízo que o conceito de perigo implica.

A frequência e o agravamento das situações de risco, podem levar a situações de perigo, não havendo condições de proteção. Verificam-se porém, que nem todas as situações de perigo são consequência de situações de risco.

Os conceitos de risco e de perigo ao estarem definidos permitem uma intervenção adequada dos Sistema de Promoção e Proteção na Infância e Juventude. Desta forma a intervenção em situações de risco, prevê a eliminação do mesmo, mediante a aplicação de políticas de prevenção primária e secundária voltadas para a comunidade, ou a grupos específicos de famílias e crianças em risco. Podendo nesses momentos decorrerem ações de sensibilização, formação e informação que proporcionem o bem-estar nos grupos alvo. Contemplam-se ainda como medidas as respostas pecuniárias de apoio às famílias, atribuição de habitação camarária, ou respostas sociais ao nível da infância, como sendo o alargamento da rede pré-escolar. (CNPJCJR, s/d:82-83)

¹¹ Idem

Podemos ainda dar desta que aos fatores de risco de natureza social, que podem ser observados a dois níveis:

Nível macro social Enquadram-se neste nível os fatores que favorecem as situações de risco, tais como:

1. A Pobreza - Fenómeno social que afeta gravemente as crianças com repercussões nas várias etapas do seu desenvolvimento devido às diversas privações, ao nível da higiene, alimentação, condições habitacionais, saúde, educação e inserção social.
2. O desequilíbrio entre as potencialidades e as necessidades da família vs a organização do quotidiano e o trabalho, demonstra-se ser uma situação que favorece a vulnerabilidade da família aos níveis sócio afetivo, onde a criança é vítima da carência afetiva, visto que entre ela e os pais não apresentam uma relação que promova os afetos. Em particular nos centros urbanos, o quotidiano laboral dos pais, associados aos longos horários nos locais de trabalho, acrescido a longas deslocações, a deficiência de infraestruturas e fracas relações de vizinhança e ou familiar, tem como consequência a diminuída possibilidade de interação por parte das crianças, não havendo também lugar para um espaço emocional e contentor para a criança e família.

Ao nível micro social - Caracteriza-se pelos fatores de risco, tendo estes maior impacto no indivíduo.

1. Stress social – a frequência e o tipo de acontecimentos que possam proporcionar tensão psíquica são considerados fatores de risco, visto que promovem a diminuição do autocontrole, autoestima, favorecendo a sentimentos de frustração. Estas situações de *stress* podem ocorrer da sequência de situações frequentes ou ocasionais como divórcios, mortes, desemprego, doenças, ou em consequência de situações de graves privações materiais, ou situações de graves tensões psíquicas associadas a doenças crónicas, debilitantes e deficiência.
2. Famílias funcionalmente deficitárias – Ocorrem em situações em que os progenitores não reconhecem a sua incapacidade, imaturidade, desorganização, falta de capacidade empática ao nível das competências parentais, tendo como consequência o impacto negativo no desenvolvimento físico e emocional da criança, associado às fracas redes sociais de suporte.
3. Suporte social - A situação da falta de rede de suporte social às famílias com privação aos níveis material, psicológico e social pode promover elevadas situações de crise.
4. Estilos de vida - Os consumos de drogas, quer sejam lícitas ou ilícitas, a prática de prostituição e a mendicidade, são factos de alto risco.
5. Fatores culturais - A falta ou fraco acesso à cultura, favorece que as famílias fiquem mais vulneráveis, por sua vez, estas famílias estão associadas a padrões educacionais muito rígidos, defendem que as crianças para superarem os obstáculos da vida devem ser

endurecidas, logo, facilmente recorrem ao castigo corporal e à violência. Por vezes este modelo próprio de educação é assumido de forma natural devido ao facto de lhes ter sido transmitido geracionalmente. Como tal, as crianças são submetidas a situações de elevado *stress* e trauma psicológico, que desequilibra o seu desenvolvimento.

6. Fatores de risco centrados na criança – Persiste a necessidade de entender, a partir de estudos, as razões pelas quais algumas crianças são condicionadas a graves situações de negligência e maus tratos. (Penha, 1996:13-14)

Com as diversas alterações na lei da infância na última década, o próprio conceito de perigo sofreu alterações e maior visibilidade. A perspectiva da criança em risco é alterada passando a ter maior visibilidade para a criança em perigo. (Carvalho, 2013:6-7)

Nas situações de perigo, prevê-se que a intervenção ocorra de forma a eliminar essa situação na vida da criança, através da aplicação de medidas de promoção e proteção. Ainda se prevê, sempre que necessário a prevenção de situações possíveis de reincidência e ainda a reparação e afastamento das consequências das situações de perigo.

Nos casos em que é considerado que a criança está exposta a situações de perigo, deverá para isso ser considerado que a criança não está a usufruir dos seus direitos e em simultâneo encontra-se em situação de desproteção em relação à situação de perigo. (CNPCJR, s.a.:83)

A Lei¹² enumera a título exemplificativo algumas situações que se enquadram no conceito de perigo:

Situações de Perigo Tipificadas na LPCJP

- Estar abandonada ou viver entregue a si própria;
- Sofrer maus tratos físicos ou psíquicos;
- Ser vítima de abusos sexuais;
- Não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- Ser obrigada a atividades ou trabalhos excessivos/inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Estar sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

De salientar que a intervenção reparadora só é legítima nas situações de perigo e não nas situações de risco. (CNPCJR, s/d:83)

¹² 147/99 artº 3

Quer nas situações de risco e de perigo, a lei portuguesa, em concreto na presente Constituição da República Portuguesa, art.º n.º 67º, reconhece a família como sendo o elemento fundamental da sociedade e o art.º n.º 68º expressando o seguinte:

"Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país." (Pereira e Santos, 2012:17)

Capítulo III - A Família e as competências parentais

Capítulo III - A Família e as competências parentais

3.1. A Família – Evolução, estrutura e funcionamento

A família é descrita como sendo um grupo de indivíduos, que se unem devido a laços sentimentais, sendo que por isso formam uma entidade. (Sousa, 2012:19)

A família normalmente é pensada sob a forma de unidade doméstica, facilitadora das condições materiais essenciais à segurança e sobrevivência. É interpretada como uma instituição a onde se transmitem valores; conceitos e representações. Sendo no seio desta que se demonstram laços de parentesco e emocionais.

Há vários sentidos para a palavra família, tal como refere Vilhena, havendo grande produção na literatura sobre a família e sua importância para o desenvolvimento na criança. (Vilhena,s.a.:2-6)

Esta entidade, a família, tem apresentado formas diferentes ao longo da história, com laços de natureza sentimental diferentes, assim como, papéis e constituição diferentes.

Durante a idade média, a família, não demonstrava ser um lar de afetividade, visto ser um espaço de entajuda com o objetivo de sobrevivência. A tipologia familiar predominante era a tipo patriarcal e numerosa, dado que a máxima era quantos mais elementos existissem na família, maior probabilidade de melhoramento da economia familiar.

Posteriormente a família modificou-se, ficando mais reduzida, como já referido neste trabalho, nas representações sociais da criança. Esta modificação deve-se às vicissitudes da época histórica.

No presente momento, as famílias são compostas por cada vez menos elementos, sendo de tipologia nuclear, com o casal e filhos. (Sousa, 2012: 25)

Há várias tipologias de famílias, como a família nuclear, que é composta por dois adultos com um ou mais filhos, estes advém do mesmo casal. Sendo esta a tipologia de família predominante nos nossos dias em concorrência com o tipo de família recomposta que também é constituída por dois adultos e com filhos dos anteriores relacionamentos, sendo estes apenas filhos biológicos de um dos elementos do casal. (Travis, 2003:43)

Segundo Anália Torres, em sociologia do casamento, as transformações dos últimos 30 a 40 anos interpelam-nos na vida quotidiana no que se refere por exemplo à questão do casamento, pois quem casou há 30 anos sabe que hoje são diferentes as “regras” do namoro, com enfoque para o plano de divisão de tarefas entre cônjuges, quer nas lógicas que dirigem às interações conjugais e a vida em conjunto.

A autora refere que estas transformações na sociedade portuguesa têm um ritmo particular, sendo mais visíveis nos últimos 25 anos. Nos outros países essas transformações verificam-se desde os anos 60. (Torres, 2001:5-7)

Bayle e Martinet (2008) referem que a família de hoje apresenta maior interesse em questões emocionais e afetivas devido a mudanças a vários níveis, tais como socioculturais, tecnológicas, ambientais políticas e religiosas. A família está em permanente mutação, não apresenta solidez.

Tal como nos referem os autores, o conceito de família mudou assim como os papéis do homem e da mulher quer na família quer na sociedade. Agora torna-se mais fácil que os homens saibam o que desde sempre questionaram, isto é, a paternidade, sendo possível sabe-lo a partir do teste de ADN.

Outra diferença a registar no papel do homem, reporta-se às alterações que teve ao nível do seu poder na sociedade patriarcal, sendo a mulher anteriormente executora do papel de dona de casa e cuidadora dos filhos e das tarefas domésticas, ficando excluída de executar algum papel social.

Tal como é referido por vários autores, e como nos dizem Bayle e Martinet (2008), os direitos da mulher e das crianças, têm sido cada vez mais definidos e postos em prática.

Num sentido histórico da evolução desses direitos, é nos anos sessenta que se dá maior importância à educação e aos papéis na família.

Hoje em dia, o homem de forma voluntária está presente na educação no quotidiano dos filhos, facto que não se registava anteriormente.

Nesta era há maior sensibilidade para os direitos das crianças quer a partir da lei, quer a sensibilização dos pais e da comunidade, assim o homem tem-se apresentado com novas funções na parentalidade. Surgem mais associações que exercem a guarda ou partilha da criança num plano de igualdade com a mulher e que a guarda não seja sistematicamente entregue à mulher.

Paralelamente ao casamento, hoje em dia surgem, outras formas de família, tais como a união de facto, assim como é aceite pelas famílias os casamentos tardios, as famílias monoparentais, as recompostas, as mistas e as homossexuais.

Hoje casa-se por amor e não como há algumas décadas atrás, por razões económicas ou de património. (Bayle e Martinet, 2008:26-34)

Embora as uniões hoje parecem ser mais práticas que anteriormente, a separação conjugal mantém-se como sendo um corte no ciclo da vida familiar. A forma como a sociedade olha para esse momento do indivíduo é diferente do passado e implica questões novas como a guarda dos filhos. As situações de partilha de bens, e responsabilidades financeiras, não são situações novas, mas devem ser bem definidas. Outras consequências que advêm da separação dos cônjuges, são as formas de aceitação da situação na família e sociedade, assim como a eventualidade de constituir uma nova relação para ambos, é vista com alguma naturalidade nesta época. (Travis, 2003:30-31)

Para a criança, a sua família apresenta-se como um grupo de pessoas que a amam e lhe dão segurança a partir da representação dos seus papéis.

Outra função que a família apresenta é a socialização da criança, pois é na família que a criança desenvolve a sua identidade social, com identificação de modelos relacionais, a onde faz as aprendizagens que lhe favorecem a socialização com a comunidade.

Tal como já referido na apresentação do conceito de risco e perigo nas crianças, o facto das relações intrafamiliares terem evoluído de uma estrutura focalizada na autoridade do pai, para uma estrutura mais democrática, podendo desta forma, existir maior liberdade de intervenção de todos os seus elementos, favorece momentos de maior felicidade para os seus elementos. Contudo, com o facto do sistema económico vigente ser de carácter super-capitalista, provoca que haja uma maior ausência do grupo familiar do casal, visto que ambos têm que trabalhar para manterem a sobrevivência da família, dado que saem muito cedo de casa e regressam muito tarde, a criança é colocada em instituição educacional durante esse tempo, sendo que o tempo em família torna-se escasso. (Sousa, 2012:24-26)

3.1.1 Competências parentais e os problemas de comportamento dos pais

Os pais devem apresentar-se como indivíduos cuidadores dos filhos, significa que a sua capacidade intelectual pode determinar as suas competências no cuidado em todas as necessidades para um desenvolvimento harmonioso dos filhos.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) no que concerne à matéria de paternidade e maternidade estabelece o seguinte:

No Art.º 68º da CRP, relativo à paternidade e maternidade:

‘Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país.’ Não só a educação dos filhos está prevista como um direito dos pais, mas é também posta em evidência a dupla vertente de um direito/poder-dever, conforme previsto no Art.º 36º: ‘Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos, no que os cônjuges gozam de iguais direitos e deveres; os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial’. No mesmo sentido no Art.º 4º da Lei de Proteção de Criança e Jovens em Perigo (LPCJP) vê-se consubstanciado este leque de princípios, clarificando e reforçando-se a importância da responsabilidade parental, bem como a da necessidade de observância de uma ação que atenda ao envolvimento da família na resolução dos problemas. (Carvalho e Cruz, 2011:38-39)

No caso de pais com alguns problemas de saúde mental e ou com atrasos de desenvolvimento, elevam a hipótese de serem negligentes e de prestarem maus tratos aos filhos, por vezes pelo facto de não compreenderem as necessidades dos mesmos¹³.

"Algumas investigações detetaram nos mal tratantes físicos uma maior tendência para a impulsividade, a expressão de cólera e a excitabilidade. Milner (1990) encontrou nas mães mal tratantes níveis elevados de inadequação, infelicidade e baixa autoestima." (CNPCJR, s.a.:151)

A CNPCJR apresenta também determinadas características dos pais maltratantes, que podem implicar no seu desempenho enquanto progenitores, influenciando o desenvolvimento da criança.

- Características de consumos de substâncias aditivas – No caso de os pais serem consumidores de álcool e drogas, necessariamente tem impacto negativo no cuidado dos filhos. Os estudos indicam que os pais nestas circunstâncias têm diretamente impacto no cuidado dos filhos, através do mau trato.

¹³Referido no documento da CNPCJR

- Características de comportamento violento e antissocial – Os estudos indicam duas situações nos pais com estas características, são maltratantes devido ao facto da sua personalidade impulsividade-agressiva-psicopática que impede o controlo do comportamento agressivo. Além deste comportamento, apresentam reduzida tolerância à frustração, seguindo-se uma fraca concentração nos filhos, ainda reduzida comunicação, ansiedade, falta de flexibilidade. Há por outro lado, indivíduos com as características de comportamento violento e antissocial que podem apresentar uma personalidade depressivo-passiva, que apresentam incapacidade de desenvolverem vínculos estreitos com os filhos, devido à sua baixa autoestima.

É fundamental saber distinguir um quadro de saúde mental com perturbações de uma situação pontual de crise, por isso a importância na identificação das seguintes capacidades nos pais maltratantes:

- Capacidades associadas à idade - Os pais adolescentes, pelo facto de se encontrarem nessa fase de desenvolvimento, são por si um fator de risco, visto ainda serem imaturos, logo, apresentam níveis de *stress* para o cuidado de filhos. Elevando-se a possibilidade de maus tratos aos filhos se estiverem associadas outras problemáticas como a pobreza, baixa escolaridade, ou caso se trate de um agregado monoparental.

Contudo, o trabalho que é desenvolvido no âmbito da prevenção primária em grupos de pais adolescentes apresenta resultados positivos, logo, é importante o investimento no trabalho de prevenção primária neste grupo alvo, cujo intuito é promover uma parentalidade positiva em pais adolescentes.

- Capacidade Parental e Expectativas em relação à Criança - Os pais com dificuldades na resolução de situações complicadas que causam *stress*, têm menor capacidade para cuidar dos filhos. As mães, maltratantes e negligentes, apresentam uma capacidade de resposta menor para superar problemas. Os pais nestas circunstâncias não têm capacidade para acreditarem que não conseguem alterar a forma de perspectivarem a superação dos problemas, tendo consequências negativas no cuidado dos filhos, devido à falta de expectativas.

É fundamental ter o conhecimento dos recursos disponíveis para os pais resolverem os problemas que incluem as situações dos filhos. Os estudos apresentam o problema de hesitação por parte das mães negligentes sobre a resolução dos problemas dos filhos.

Quanto aos pais maltratantes dos filhos, apresentam-se perante a resolução de problemas relacionados com estes com irritabilidade e agressão. Logo, conclui-se que uma situação que causa maus tratos nas crianças é a falta de recursos ou capacidade dos pais na resolução dos problemas dos filhos no que respeita à educação.

Ainda outra situação que atinge o desempenho parental de forma negativa, com impacto igualmente negativo nos filhos é a expectativa que os pais apresentam da criança, mediante a forma como esta é descrita, pelo seu comportamento. Os estudos indicam que os pais maltratantes tendem a distorcer o comportamento dos filhos pela expectativa negativa que têm deste e do seu comportamento. No caso de crianças que sofrem de abandono, as mães para além de terem uma percepção distorcida dos sinais dos filhos, vêm-nos como sendo as suas próprias necessidades.

No caso de pais maltratantes, demonstram menos empatia às necessidades dos filhos, tal como a não reação ao choro dos filhos. A destacar que a presença ou não de empatia dos pais para com as necessidades dos filhos é em situações de avaliação de recuperação da competência parental.

Ainda outras capacidades dos pais maltratantes, igualmente importantes para a vida da criança e no seu desenvolvimento, como sendo a aplicação de disciplina;

- Capacidade de aplicar métodos de disciplina - Os pais com predominância autoritária, têm tendência para a imposição de regras rígidas com frequência a castigos. Os de tipo permissivo, são caracterizados pela ausência de normas, sem consequências ao mau comportamento dos filhos. Ou os de tipo inconsistente, havendo uma mistura de comportamentos entre rigidez, severidade e passividade. A transmissão intergeracional de maus tratos está ligada ao fator base que determina os maus tratos na família, muitas vezes como sendo um método de disciplina entre os seus elementos. (CNPCJR, s.a.:151-154)

3.1.2 As competências parentais no ambiente sócio familiar

Segundo o guia de orientação para os profissionais de ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo (s/d), as características do ambiente socio familiar podem ser as seguintes:

1. A interação entre pais e a criança – É importante verificar o nível de interação entre estes elementos da família, analisando o grau de indiferença, passividade mediante os pedidos de atenção por parte das crianças aos pais. Os escassos momentos de brincadeira entre pais/filhos. Deverá também ser analisado o tipo de interação, de carácter conflituoso/violento. Deverá ser analisado a quantidade de comportamentos positivos; a existência de momentos de desvalorização dos filhos. O tipo de vinculação afetiva apresentada entre pais e filhos, avaliando se esta está ou não protegida.
2. Relação conjugal - Deverá ser avaliada o tipo de relação conjugal de tipo conflituoso, sendo que nestes casos o casal está tão virado para dentro de si que não consegue distribuir a sua atenção para os filhos. Nestas circunstâncias, a situação de conflito no casal destrói o bem-estar dos filhos, provocando-lhes sentimentos confusos.
3. Condições habitacionais – A habitação deverá ser tida como o local físico de segurança, embora dependendo do tipo de condições desta, poderá pôr em perigo a proteção da criança, por falta de condições que podem promover pequenos acidentes domésticos. Neste contexto,

as condições de higiene e cuidados à criança como forma de prevenção de doenças, ao nível habitacional e pessoal são fundamentais para promover condições de bem-estar na criança. São ainda contemplados neste ponto a organização e distribuição dos espaços, por forma a potenciar o bom desenvolvimento da criança, em concreto com delimitação e utilização específica das várias áreas da casa, tendo ainda a importância e distribuição do número de indivíduos em área da habitação.

4. Redes de apoio social – A principal fonte de apoio social é a família alargada. Podendo esta ser avaliada como cooperante, pois poderá cuidar dos filhos do casal, ou causadora de *stress*. No caso de ser conflituosa ou interferir em demasia na forma de cuidados dos filhos do casal.

Também são contemplados os apoios extra familiares, ou seja, os serviços de apoio à comunidade, não só os serviços formais de apoio social como os informais, como sendo a rede de vizinhos.

Os estudos indicam que agregados monoparentais femininos com filhos e que estes se encontram em situação de isolamento social, não têm modelos educacionais a seguir, focalizam-se nas suas expectativas e aptidões. Desta forma, o apoio em redes de apoio social é fundamental para o desenvolvimento de modelos de comportamento adequados e para um desempenho da parentalidade positiva.

É igualmente útil perceber como funciona o ambiente da área de residência, no que concerne aos recursos de carácter lúdico e cultural ou perceber se o bairro tem rede de apoios à família.

5. Situação socio económica – A situação económica é de extrema importância na família, no que respeita ao tipo de rendimentos, forma e regularidade dos mesmos. É igualmente um fator que gera *stress* na família. Há divergência nos estudos sobre esta matéria, visto que há autores que dizem que a pobreza é um fator que promove as famílias à prática de maus tratos nas crianças, outros há que defendem que as famílias com baixos rendimentos, são seguidos pelos serviços sociais e desta forma podem ser mais controladas visto que estas entidades para além darem respostas às várias necessidades, podem instruir as famílias na educação dos filhos.

Há outro aspeto ressaltado no guia da CNPCJR que deve ser dada igualmente importância, trata-se da condição por parte dos pais para a mudança e a disponibilidade para a intervenção. As atitudes de perceção e reconhecimento dos problemas, necessidades causadas à criança sentida pelos pais. O reconhecimento da importância para alterar os estilos educacionais é importante para promover mudanças significativas no relacionamento pais/filhos. (CNPCJR, s.a.: 151-159)

3.2. Relacionamentos familiares

A forma de funcionamento familiar, vivida pelos seus elementos, apresenta-se na atualidade com formatos diferentes de outras épocas, como já referido neste trabalho (família, estrutura e funcionamento). Logo, a variedade de configurações das relações familiares, têm impacto familiar. Tendo consequências ao nível psicológico, emocional e social da criança. (Rodrigues, 2012: 87)

As formas de relacionamento entre os elementos da família, conferem o tipo de dinâmica familiar, ou seja, são as formas como os elementos criam e mantêm vínculos entre si. Assim como se apresentam perante situações problema, os seus costumes, as regras familiares desenvolvidas, a definição, importância e respeito da hierarquia familiar.

Os elementos familiares podem pertencer a subsistemas diferentes, sendo que em cada subsistema experimentam diferentes formas de poder, como possibilidade de adquirir diferentes competências pessoais¹⁴.

Contudo, cada subsistema familiar é limitado por fronteiras e regras, para impor limites nas suas trocas, com o objetivo da sua própria manutenção. Se os limites forem bem delimitados, por forma a permitir o contacto entre os elementos que compõem os diferentes subsistemas, então, os subsistemas funcionam corretamente. Mas se as fronteiras entre subsistemas não forem bem definidas, não havendo limites entre si, ou que sejam de carácter indefinido, provoca um funcionamento familiar confuso. Por outro lado, quando os limites nos subsistemas familiares são excessivos, as fronteiras tornam-se rígidas e conseqüentemente provoca uma tendência para que os membros dos subsistemas se desliguem.

Este tipo de famílias ficam rapidamente afetadas com os sentimentos vividos por um dos seus elementos. Por sua vez promovem pouca autonomia e fraca capacidade na resolução dos problemas. Com a possibilidade de inibição fase aos momentos de tensão, dá lugar também à inibição de competências cognitivo-afetivas e sociais.

Com efeito, a frequência de algumas formas de relacionamentos entre os elementos da família, promovem relacionamentos cristalizados dentro do sistema.

Há vários tipos de relacionamentos cristalizados¹⁵:

- Relacionamentos harmónicos – União de dois ou mais elementos familiares com sentimentos positivos mútuos, apresentam interesses, atitudes e valores semelhantes.
- Relacionamento muito estreito ou superenvolvimento – é apresentado como havendo fusão e dependência emocional entre os elementos. Não havendo diferenciação entre os seus elementos

¹⁴ Wendt e Crepaldi

¹⁵ Rodrigues

- Relacionamento fundido e conflitual – É caracterizado por apresentar estreita dependência emocional com frequência de conflitos entre os elementos da família. Não havendo diferenciação entre os seus elementos.
- Aliança – Caracterizada por ligações leais invisíveis.
- Relacionamentos conflituosos – Apresentam-se como havendo frequentemente situações de conflito/tensão que promovem ansiedade nos seus membros. Por vezes há dificuldades de comunicação, promovendo maiores tensões e mesmo violência física.
- Relacionamento vulnerável – São caracterizados pela probabilidade de ocorrerem conflitos, em consequência de momentos complicados, embora não apresentem conflitos declarados
- Relacionamento distante – Este tipo de relacionamento está presente principalmente nas famílias desligadas, a onde existem fronteiras rígidas. Há pouco contacto de carácter emocional entre os seus elementos.
- Rompimento – Os elementos da família mantém a ligação emocional, mas não há contacto entre si.
- Triangulação – caracterizada por relação emocional entre três pessoas, sendo que a pessoa triangulada tem por função o equilíbrio da tensão nas outras duas pessoas. Quando não existe de forma evidente conflito, apresenta-se de forma insegura e ou com sofrimento emocional.
- Coalizção – É caracterizado na existência de uma aliança entre duas pessoas contra uma outra.

De qualquer forma, embora apresentados como relacionamentos cristalizados, podem ser alterados, principalmente em momentos de transição vividos pela família, sendo que a mudança dá acesso à continuidade da dinâmica familiar. (Wendt e Crepaldi, s.a.:304-305)

3.2.1 Genogramas

Sendo os genogramas uma ferramenta de trabalho de vários profissionais que lidam com grupos de indivíduos, consideramos importante abordar esta temática para melhor entendermos os tipos de relacionamentos nas famílias, assim e segundo McGoldrick e Gerson (1985) referem que o genograma é o desenho da árvore genealógica e estrutura de uma família. Contém informações dos elementos da família e suas relações. O objetivo dos genogramas é fornecer uma imagem rápida do modelo de famílias complexas. São representações tangíveis e gráficas da família permitindo ao técnico elaborar hipóteses dos problemas que estão presentes na mesma. A informação e a manutenção do genograma melhora se for analisada do ponto de vista sistémico, como parte da avaliação geral do sistema.

Os genogramas são associados à teoria dos sistemas familiares de Murray Bowen. Os genogramas são utilizados por vários técnicos como os terapeutas familiares, de forma a obter a informação sobre o sistema emocional da família. São utilizados por médicos e outros técnicos da área da saúde para perceber o histórico das doenças na família.

É importante agora expôr a teoria dos sistemas familiares. O conceito é explicado como sendo um grupo de pessoas que interagem como um todo, sendo que os seus problemas não existem num vazio, havendo interligações mais amplas. A família é o sistema mais poderoso ao qual o individuo está associado.

Desta forma, a família é composta por uma rede de parentesco de pelo menos três gerações. Os seus elementos funcionam de forma interdependente, funcionam entre si ao nível social, emocional, etc. Quando existe uma mudança num elemento da família, essa vai afetar uma parte do sistema familiar e outras partes do mesmo sistema.

As interações e as relações familiares tendem a ser muito semelhantes em cada geração. Nos genogramas, poder-se-á confirmar essas repetições, assim como as tentativas de previsão de repetições na família a partir da interpretação dos genogramas.

Os autores expõem um princípio básico da teoria dos sistemas familiares que é o seguinte: Os problemas e os sintomas refletem uma adaptação dos elementos da família ao sistema num dado momento. Os esforços dos elementos na adaptação são refletidos nos vários níveis do sistema, ou seja ao nível da família nuclear, alargada e a comunidade.

Existem muitos tipos de padrões de relacionamentos na família, sendo os genogramas, um instrumento útil para fazer avaliação da mesma.

A construção dos genogramas, segundo McGoldrick e Gerson implica três níveis:

1. Desenhar a carta da estrutura da família;
2. Recolher as informações sobre a família;
3. Delimitar as relações familiares.

Desenhar a carta da estrutura da família pressupõe uma descrição gráfica das diversas linhas biológicas dos elementos que a compõem. Unindo todas as relações entre os seus membros e as gerações que a compõem com linhas e atribuindo a cada membro símbolos de género e tipo de relacionamento.

Relativamente à fase da recolha de informação, esta deverá ser no sentido da dinâmica na construção dos tipos de relacionamentos entre os membros da família nas três gerações que são representadas no genograma.

Quanto à terceira e última etapa da construção dos genogramas, as delimitações nas relações familiares, são obviamente entre os seus membros. Registam-se os testemunhos de familiares e faz-

se observação direta. São utilizados diferentes traços para simbolizar os diferentes tipos de relação entre os membros da família. (McGoldrick e Gerson, 1985:17-24)

A construção dos genogramas poderá ser feita de várias formas; manualmente, através de software não específico como sendo o Microsoft Word e mediante software desenhado para o efeito, como sendo o Genopro¹⁶, tendo sido previsto para o desenho de árvores genealógicas, podendo conter símbolos, relacionamentos familiares, emocionais, tendo a possibilidade de guardar os dados.

Mediante a representação por símbolos dos indivíduos que compõem os subsistemas da família, a partir do sexo, filhos por género, adotivo, gravidez, aborto, gémeos, falecimentos. A forma de representar as relações dos indivíduos entre si é feita por linhas. Estas podem ainda ser representadas de forma específica como apresentando relações familiares e ou conjugais, como sendo as várias formas de união conjugal, separação, os tipos de coabitação, relações temporárias ou apenas casuais.

Para a construção de um genograma é necessário a apresentação de três gerações. Deve-se identificar a pessoa sobre a qual incide o estudo ou análise. Deve ser feita a apresentação de género da esquerda para a direita, sendo o masculino à esquerda. Assim como a família paterna à esquerda. A idade dos elementos é registada do mais velho para o mais novo. Sendo o mais velho à esquerda. Devem ser identificados por uma linha os agregados em coabitação.

O genograma deve ser datado pelo dia da recolha de dados ou pela elaboração. Outras informações poderão ser incluídas nos genogramas tais como os primeiros nomes e apelidos, data de nascimento e falecimentos, datas de casamentos, separações. Também pode conter informações sobre a saúde, tais como doenças crónicas, mentais, consumos de substâncias. Ainda pode conter informações sobre o grau de escolaridade e a área profissional. (Costa, 2013: 727-730)

¹⁶Ver www.genopro.com

CAPÍTULO IV- A ECONOMIA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA – COMO MECANISMOS DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, CONCEITOS, ABORDAGENS E REFLEXÕES

Capítulo IV - A ECONOMIA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA – COMO MECANISMOS DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, CONCEITOS, ABORDAGENS E REFLEXÕES

4.1. Breve abordagem histórica da Economia Social e da Economia Solidária

Dado que o mestrado enquadrado no presente trabalho é na área da economia social e solidária, é inevitável falar desta nova forma de economia. Há diferentes abordagens, contextualizadas num dado momento histórico e geográfico, com diferentes designações conceptuais com formas de ser diferentes, como economia social, economia solidária, outra economia, economia alternativa, terceiro sector, entre outras formas.

Pretende-se neste capítulo, apresentar uma abordagem histórica da economia social e economia solidária a partir da revisão bibliográfica e levando-nos à reflexão pela contribuição da economia social e economia solidária a serem mecanismos de luta contra a pobreza e exclusão social, contudo, não sendo este o objetivo primordial do presente trabalho, será apenas apresentado um breve resumo.

Não sendo possível apresentar na economia social e na economia solidária uma definição única, é necessário recorrer à evolução histórica para apresentar as diferentes óticas destas economias.

Sendo possível contextualizar que as primeiras designações de economia social surgiram no séc. XIX na Europa, as suas formas iniciais, remetem à época das antigas civilizações com vertentes de associações humanas, tais como no Egipto dos faraós, na Europa da Idade Média, China Imperial, etc., a onde se verificavam grupos de profissionais, de religiosos, ou mesmo artísticos em grande número. Ou ainda a onde existiam grupos cuja base era a ajuda mútua, sendo estes por vezes controlados por outros grupos de poderes que consideravam-nos como uma ameaça. Defourny expressa ainda que este evoluir da economia social, poderá ser interpretado como sendo a liberdade de associação.

Como definição, para Defourny, a economia social direciona-se para a sociedade que procura uma democracia económica com utilidade social, a onde poderá ser incluído o conceito de solidariedade, agrupando quer os recursos mercantis, quer os não mercantis e os não monetários.

No final do século XX, verifica-se que entre empresas e organizações apresentam em comum formas não centradas no lucro. (Defourny, 2009:156)¹⁷.

Para Amaro, a emergência da economia social, surge a partir de quatro acontecimentos na sociedade:

- Revolução agrícola – com a mercantilização da terra e com a implementação dos sistemas de propriedade privada, assente no sistema capitalista; com a elevada produção agrícola em

¹⁷Cattani, António David, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger, Pedro Hespanha (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina

consequência do desenvolvimento tecnológico, ainda devido à existência de muita mão-de-obra (como consequência da migração da população para os meios urbanos);

- Revolução comercial e dos transportes proporcionam o aparecimento de feiras francas, que permitem trocas;
- Revolução tecnológica – Desenvolvimento da máquina a vapor, tendo tido um papel radical e definitivo na forma de produção, com impacto na sociedade;
- Revolução industrial – Com mudança de vida. Predominando uma nova classe, a burguesia, e em simultâneo verifica-se o aumento da falta de condições da vida da classe operária com a exploração da sua força de trabalho. Há uma mudança no paradigma, passando as fábricas a ocupar a total importância na vida das pessoas, visto que o fator de produção passou a ser o mais importante. O tempo do proletariado é banalizado pelo aparecimento do cronómetro nas fábricas. Assim a nova relação com o tempo, altera o paradigma ambiental.

Para além destas condições, surgem outras igualmente importantes para impulsionar o aparecimento do conceito de economia social, onde se dá importância à revolução cultural e filosófica, ainda a revolução religiosa, a revolução científica, revolução política, com maior destaque para a época da revolução francesa, como sendo o maior acontecimento da época (com destaque para os princípios definidos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade). Há ainda como pontos fundamentais a destacar a passagem de uma visão teocêntrica para a visão antropocêntrica, perspectiva em que o homem como transformador da história, senhor da natureza, administrador da justiça e não como Deus no centro do Mundo.

Em suma, as mudanças consequentes das diversas revoluções anteriormente referidas permitem por um lado, um desenvolvimento na sociedade ímpar, por outro, criam miséria.

Assim, o ponto central nas sociedades industriais, no lado social, é a questão social a onde são refletidos os impactos no proletariado, devido às novas condições laborais (ao nível dos ritmos/horários de trabalho; condições de higiene e segurança, relações entre trabalhadores e patrões; relações com as máquinas). O mercado de trabalho deveria funcionar de forma livre, a ideia de mercado livre, levou a situações desumanas a onde se inclui as condições de habitabilidade nos novos centros urbanos, com espaços reduzidos, deficientes condições públicas de salubridade, novos ritmos de vida mais acelerados.

Ainda é importante destacar as alterações na estrutura da família, apresentando um novo quadro familiar, ou seja, passando da tipologia alargada, para a tipologia de família restrita, com características reprodutora e consumidora. Sendo este um processo como já verificamos no decorrer deste trabalho (no capítulo família e as competências parentais), como de grande transformação social.

Desta forma, iniciam-se iniciativas de carácter coletivo no seio do mundo do operariado e nos camponeses, reações sindicalistas com defesa de coletivos de operários e os passos históricos da economia social.

Neste sentido e desde esse momento da história, que se verificam grandes modificações na sociedade, com ideais diferentes permitindo grandes impactos ao nível social, a partir de novas formas organizacionais do trabalho, suas condições, direitos, mediante a formação de novos grupos de contestação ao sistema capitalista, acreditando numa economia mais justa, principalmente para o proletariado e a população carenciada, através do movimento associativo.

Surgem iniciativas cuja base era o espírito de entreajuda, com o sentido de superar as necessidades e dificuldades provenientes da revolução industrial. Surgem desta forma, os quatro princípios de referência da economia social:

- Predomínio do interesse comum e do interesse geral – Cujo objetivo é servir os seus membros ou a comunidade;
- O foco é dado para as pessoas e trabalho. Este primado tem como objetivos a solidariedade e a cooperação;
- Modelo de decisão e funcionamento com base democrática. É dado prioridade primeiro à pessoa e não o lucro, permitindo uma gestão democrática, ou seja, uma pessoa, um voto. Fomentando a solidariedade nas decisões;
- Autonomia de gestão face ao Estado¹⁸.

“Contudo, a economia social, até mais de metade do século XIX, ocupava, praticamente, um papel marginal na sociedade, abrangendo, as franjas mais pobres e desprotegidas, as quais o Estado não cuidava e o mercado ignorava”. (Quintela, 2009:14)

Nesta nova economia social, verificam-se ao longo da história e até ao momento, diversas formas organizativas, que permitiram novas experiências associativas com impacto positivo ao nível individual e social, como se pode confirmar na citação de Laville em relação ao associativismo “É por meio do envolvimento em tais relações de associação que o indivíduo poderá desenvolver livremente cada uma de suas faculdades, realizar-se como indivíduo social”. (Chanial e Laville, 2009:21)

Assim, podemos concluir que a economia social tem por dinâmica histórica a criação de formas alternativas de ação coletiva com base numa economia de cooperação e de solidariedade, foi sendo

¹⁸Apontamentos da disciplina de Seminário I do curso de mestrado em economia social e solidária do ano lectivo 2010/2011 leccionado pelo prof. Doutor Rogério Roque Amaro.

realizada pela multiplicação de organizações com forma de uma economia alternativa. Tem por base uma dinâmica política a partir da democracia participativa descentralizada, de base organizacional.

Não podendo olhar para economia social condicionada a um tempo, temos que perspectivar o seu desenvolvimento até aos nossos dias, em moldes diferentes dos iniciais, podemos contudo, afirmar que a economia social surge em particular na Europa no século XIX, como vimos anteriormente nas sociedades industriais e do capitalismo como resposta desse período à “questão social” e também devido às falhas do mercado. Posteriormente, no século XX, em vários continentes e após o fim das sociedades industriais, das falhas do mercado, das falhas do Estado e da sequência da crise da economia social¹⁹

Apesar das melhorias nas condições de vida, mantêm-se falhas geradoras do mercado, implicando custos sociais, independentemente de haver maior abundância, mantêm-se situações de pobreza e de exclusão social. Registam-se outros e novos problemas, como sendo os de carácter ambiental. Não podemos esquecer, os custos elevados territoriais que sofrem o abandono dos meios rurais devido às várias gerações/décadas de migração urbana. Por último, os custos políticos da economia.

Para Amaro, a união entre democracia e o crescimento económico, não teve um bom sucesso. É necessário, dar continuidade ao projeto económico de carácter alternativo relativamente aos mercados, que apenas pretendem o lucro. É fundamental desenvolver ações cujo fim seja a produção e distribuição de bens e serviços que satisfaçam as necessidades dos indivíduos, podendo estes serviços permitirem a criação de emprego, e desta forma, gerar não só poupança, mas igualmente investimento.²⁰

Para Laville, a Economia Solidária é ainda apresentada não de forma homogénea nem com uma definição única²¹. Sendo necessária a promoção de estudos sobre esta economia conhecida como a Outra Economia. O autor dá particular importância à questão da solidariedade como sendo resposta à economia de mercado.

Ao debruçarmo-nos sobre as reflexões de Laville da economia social verificamos que:

O relativo sucesso económico teve, em contrapartida, o retraimento do projeto da mudança social, através dos fenómenos bem conhecidos de isomorfismo institucional que atenua os seus traços específicos, concorrendo para a sua banalização. A constatação de uma inversão onde as relações da atividade económica primam sobre as relações de associação originais, como previsto por Vienney (1994), pode ser considerado como o resultado lógico da trajetória de uma economia social que limitou a sua dimensão sociopolítica aos funcionamentos internos das organizações. Perdendo-se na procura de um crescimento

¹⁹ idem

²⁰ Amaro, Rogério (2013), “Seminário Banco do Tempo e Economia Solidária”, O Banco do Tempo em Revista, (Online), 16 (4).

²¹ Aleixo, Anabela (2011), *Economia Solidária Alguns elementos de base para a compreensão, segundo as conferências de Jean-Louis Laville, ISCTE 2010*, Trabalho de Avaliação Seminário I e II – Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas do Mestrado Economia Social e Solidária ano lectivo 2010/2011, Lisboa, ISCTE.

do seu peso económico, negligenciou as forças políticas da mudança para além do *lobbying* corporativista e concentrou-se nas formas de propriedade de empresa em detrimento de uma reflexão sobre a construção dos mercados e sobre o lugar dos outros princípios económicos. (Laville;2008 apud Aleixo, 2011:11)

É preciso ressaltar, a existência da situação de isomorfismo institucional, tal como refere Laville. Significa dizer que as organizações da esfera da economia social, assemelham-se ao longo do tempo às empresas do mercado.

Por outro lado, para o autor, a economia solidária, citado por Aleixo, necessita que se rompa com a ideia reducionista de economia como sendo apenas a economia de mercado e entender que a economia real assenta na pluralidade de princípios económicos. Não há apenas um mercado, ou um tipo de empresa, que se centre no material e no lucro. Se o foco sobre a economia for ampliado para a motivação humana que não centrada no material e no lucro e esta estiver orientada para a solidariedade, podendo esta ser organizadora da produção. Assim, poderemos, segundo o autor, ter uma economia a onde caiba todo o mundo e não sustente situações de desigualdades sociais²².

Laville e Gaiger referem o seguinte:

Talvez mais que dantes, precisamos de uma economia na qual o desenvolvimento social não seja uma preocupação subsidiária, relegada a mecanismos compensatórios, uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social.(Laville e Gaiger,2009:168)

A solidariedade é uma construção social surgindo a atuação perspectiva no início do séc. XIX, como forma de responder aos fenómenos da sociedade industrial. Na atualidade o mercado é tido como um local de interesse pessoal a partir do comércio. Este mercado promete ser harmonioso, permitindo uma paz social, contudo, apresenta-se com muitas perturbações, tais como as questões sociais. Como refere Laville "*Pelo contrário, sua difusão criou a questão social cuja acuidade vem da extensão imprevista da pobreza.*" (Laville; 2008 apud Aleixo, 2011:3)

Assim, a democracia moderna baseou-se no princípio que o mercado poderia trazer a paz social e a harmonia social, tal como dizia Adam Smith que o mercado regularia a sociedade democrática, mas tal não se verificou, acontecendo o oposto, ou seja, o mercado quando se difundiu, favoreceu o aumento da miséria, da pobreza, remetendo-se então para a questão social, como refere Laville. Em consequência, teóricos, operários e agricultores, uniram-se para apresentar uma proposta para além da economia de mercado, era possível a existência de uma forma de organizar a produção, isto é, a solidariedade. (Aleixo, 2011:3)

²² Idem

Para Lavelle, existem dois tipos de solidariedade:

A solidariedade filantrópica corresponde ao primeiro deles, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma é a versão da solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas. (Lavelle, 2009:310)

Assim, a solidariedade democrática surge na atual democracia, que percorre o caminho contra a desigualdade, prevendo igualdade de oposições nas esferas social e política, em oposição à solidariedade filantrópica, que se direciona no combate da pobreza a partir da caridade.

Importa agora, fazer uma breve passagem pelo quadro conceptual referente aos conceitos de pobreza e exclusão social, para melhor entendermos por um lado, que não são conceitos semelhantes e que têm uma atualização que acompanha o desenvolvimento com as implicações que isso acarreta para os indivíduos, causando-lhes constantemente, como temos visto, desigualdades a vários níveis, em que se mantém dificuldades na luta ou erradicação da pobreza, mesmo com o esforço da economia social e economia solidária, em que podemos entender que a economia solidária poderá ser talvez, uma melhor forma de luta contra as desigualdades.

4.2. Pobreza e exclusão social – algumas definições

A pobreza é um dos problemas da humanidade, o flagelo tem uma dimensão tal que em Setembro de 2000, os chefes de Estado e do Governo, aprovaram em Cimeira a Declaração do Milénio com o objetivo do desenvolvimento e erradicação da pobreza. Nesse documento foram definidos os objetivos de desenvolvimento do Milénio. Assim, os objetivos previstos nesse documento, são uma parceria entre os países desenvolvidos e os que estão em vias de desenvolvimento, com o intuito de desenvolver formas quer nacionais, quer mundiais que favoreçam a eliminação da pobreza. Foram definidos oito objetivos do desenvolvimento do Milénio (Redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento humano). Relativamente ao objetivo da redução da pobreza, previa-se a redução da mesma para metade entre 1990 e 2015.²³

Para abordarmos o tema da pobreza, seria interessante abordar o quadro conceptual não só da pobreza, mas também da exclusão social e as possíveis estratégias de ação na luta contra a pobreza, mas esse não é o enfoque deste trabalho. Por isso, de forma breve será apresentado a perspectiva de alguns autores sobre a pobreza e exclusão social e algumas estratégias de luta contra esse fenómeno social mundial.

²³Centro Regionais das Nações Unidas, <http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade> acedido a 26 de Outubro de 2014

Henriques²⁴ define a pobreza da seguinte forma: “ (...) um estado de *privação* resultante da insuficiência de *recursos* num determinado contexto *discursivo* e *organizativo* (...) ” (Henriques, 2010:14)

A pobreza é também definida como pobreza *absoluta* visto que o que está em destaque é permitir a mudança de vida das pessoas que se encontram em situação de pobreza.

A pobreza é interpretada como sendo a insatisfação das necessidades básicas, como sendo a ausência de saúde e a autonomia. Resultado de necessidades intermédias, tais como alimentação; habitação, etc. Estas, segundo Henriques, estão relacionados com a insuficiência de recursos, quer materiais ou não materiais, enquadrados num contexto discursivo e organizativo, como nos refere o autor.

Assim, Henriques afirma que a pobreza absoluta é a incapacidade de movimentar os meios materiais e não materiais. Incapacidade também em criar formas de satisfação das necessidades *intermédias* e *básicas*.

Henriques, refere que:

Esta incapacidade resulta na impossibilidade de constituir a capacidade de realização de propósitos num contexto relacional marcado por um campo discursivo hegemónico e por um campo organizativo caracterizado pela incapacidade de organização da ação coletiva (organisational outflanking [Clegg 1989]) das pessoas em situação de pobreza. (Henriques, 2010:15)

Os discursos sobre as situações de pobreza e as políticas institucionais são realizados, segundo Henriques, por indivíduos não pobres, podendo as reais situações de pobreza não corresponderem a esta. Por sua vez, os indivíduos pobres não constituem um coletivo com interesses concretos, devido a relações interpessoais precárias, incapacidade de identificar necessidades básicas e intermédias, quer em cenários individuais e coletivos. Verifica ainda o isolamento social em que não experimentam condições facilitadoras, podendo promover desta forma ao agravamento da situação de pobreza.

Também Costa²⁵ refere que a pobreza é definida como o resultado da falta de recursos, dando destaque em duas partes:

“ (...) *privação* e *falta de recursos*, termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito” (Costa, 2001:28).

Segundo o autor, a *privação* é definida como más condições de vida, como sendo um lado mais visível da pobreza. Essa *privação* é classificada como múltipla, devido ao facto de poderem existir diversas áreas de necessidades básicas, tais como:

²⁴Henriques, José (2010), “Acção Contra a Pobreza em Áreas Urbanas em “Crise”: Desafios e Possibilidades”, *Sociedade e Trabalho, Publicação Co-financiada pelo Fundo Social Europeu. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Gabinete de Estratégia e Planeamento*, (Online), 41

²⁵ Costa, Alfredo (2001), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva/Coleções Fundação Mário Soares.

“ (...) alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidade de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc.”. (Costa, 2001:27).

Costa, ainda sobre a privação múltipla, acrescenta que algumas áreas de privação provocam outras tais como o baixo nível de instrução e a relação com o acesso à cultura. Por vezes, é mais difícil verificar a causalidade entre as áreas de carência, mas estas raramente se verificam de forma isolada.

O autor diz que com a experimentação de um longo período de privações que necessariamente estas vão afetar a personalidade do indivíduo pobre. Destacando ainda as variáveis de persistência e intensidade das situações de privação vividas pelo indivíduo, permitindo, maior afetação na personalidade do indivíduo pobre, quanto maior for a persistência e a intensidade dessas situações. Por sua vez, quando esta condição se verifica no indivíduo pobre, podem ocorrer outras alterações que o autor apresenta, tais como:

(...) modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo o lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a autoconfiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal. (Costa, 2001:28)

Amaro refere-se à pobreza e à exclusão social como sendo conceitos distintos, apresentam em comum um conjunto de desvantagens sociais em que alguns indivíduos se encontram em desigualdade com os demais da sociedade, visto que não têm as necessárias básicas (consideradas pela sociedade dominante) satisfeitas. Refere que o conceito de pobreza é mais antigo que o de exclusão social, sendo que o primeiro esteve ligado à falta de rendimentos e de bens materiais. Porém, o conceito foi sendo alterado com base na experiência do fenómeno da pobreza na sociedade moderna²⁶.

Amaro menciona ainda que a evolução da pobreza tendo sido determinada pela globalização:

(...) a globalização, para além de outros fatores, está na origem do aparecimento de novas formas de manifestação do fenómeno da pobreza, especialmente visíveis nas economias mais desenvolvidas. Esta nova pobreza não se cinge à escassez de recursos materiais, podendo traduzir-se pela não participação no padrão de vida dominante devido a fatores como a escolaridade, a idade, a falta de afetos, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da informação cibernética²⁷. (Amaro, 2003:18)

²⁶ Amaro, Roque (2003), “A Luta contra Pobreza e a exclusão social em Portugal, *Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza

²⁷ Idem

4.3. Pobreza e exclusão social – Algumas propostas de ação anti pobreza

Para Amaro, a luta contra a pobreza e a exclusão social deve atuar de forma integrada, envolvendo vários parceiros e sectores da sociedade, vista numa incidência multidimensional. Por outro lado, na perspectiva estrutural, não deve atuar apenas nas manifestações conjunturais e superficiais, mas sim, deve dirigir-se às causas estruturais de fundo, ao nível da sociedade, deve envolver toda a sociedade como sendo um problema da sociedade e um desafio para a mesma. As formas de luta contra a pobreza e exclusão social devem focalizar-se nos pobres e nos excluídos. Deve partir dos pobres, como objeto de intervenção, numa lógica de autonomização e emancipação, isto é, uma lógica de *'empowerment'*.

Amaro refere que este caminho de luta contra a pobreza e a exclusão social deverá ser feito mediante dois processos estratégicos:

1. Inserção, ou seja, incidindo nas pessoas, na sua capacitação, reforçando as suas competências e autonomização
2. Inclusão, incidindo na sociedade e nas organizações – aumento das oportunidades, maior acessibilidade dos recursos, nas atitudes e comportamentos de maior abertura e aceitação de políticas públicas mais inclusivas.²⁸

Henriques e Costa são unânimes relativamente à afirmação de que os pobres pelo facto de o serem, estão limitados para a satisfação das suas necessidades básicas e intermédias de forma individual por más relações sociais ou deficitárias e coletivamente, visto lhes serem apresentados de forma insatisfatória ou lhes ser vedado o acesso aos vários sistemas do domínio institucional, promovendo situações eventualmente de exclusão social.

Henriques refere a noção de integração económica como ação contra a pobreza, deverá incluir a autossuficiência de recursos. A possibilidade da não dependência do mercado e a possibilidade de rendimento mediante o trabalho por conta de outrem, ou mediante formas organizativas ou de carácter individual ou coletivo, tais como microempresas, empresas por cotas²⁹ (Henriques, 2010:92). Por sua vez, Costa refere que a luta contra a pobreza deverá implicar resolver os dois problemas de base: a privação e o da falta de recursos. Se apenas for incidido num, não se resolve o problema da pobreza. O individuo nestas circunstâncias necessita de reconquistar a sua autonomia sobre os recursos. A situação da pobreza continua sem resolução definitiva, embora muito se tem feito, devido

²⁸ Apontamentos da disciplina de Economia Solidária, Bem-Estar e Coesão Social do curso de mestrado em economia social e solidária do ano lectivo 2010/2011 leccionado pelo prof. Doutor Rogério Roque Amaro

²⁹ Henriques, José (2010), 'Integração económica' na acção contra a pobreza, *A crise actual e as respostas da economia solidária – Crise, economia social e solidária*, 2, pp. 83-112.

ao facto das políticas darem resposta à privação, mas deixando sem resposta a falta de autonomia de recursos. (Costa,s.a.:15)³⁰

Ainda relativamente a formas-chaves anti-pobreza, Henriques dá importância ao reconhecimento dos recursos pela população pobre; a qualidade das relações interpessoais das equipas e coordenadores dos programas de luta contra a pobreza. Refere também que é uma razão para a ação anti-pobreza a escassez de recursos financeiros. A relação e a ação integrada entre as parcerias estabelecidas nos programas é de grande importância para o sucesso dos programas. Tal como refere Amaro, Henriques menciona a importância das políticas sociais integradas no combate à pobreza ou seja, a pobreza não poderá continuar a ser um objeto de política por si só, deverá ser entendida como um problema social exigindo o envolvimento de todas as dimensões de políticas públicas e de responsabilidade social, envolvendo o Estado e a sociedade civil³¹.

4.4. Políticas Públicas de apoio à família – Medidas vigentes/aplicabilidade, reflexões e sugestões

Não saindo destes quadros de reflexão, e permitindo no momento um maior enfoque na atuação anti-pobreza, com a aplicação de políticas públicas voltadas para o apoio à família, devemos centrar-nos no presente programa do Governo vigente até 2015, entre outras formas de apoio às famílias, para melhor reflexão.

Enquadrado no objetivo do presente trabalho, prevê-se ressaltar do Programa de Governo algumas das medidas de apoio à família.

O XIX Programa de Governo³², face à situação do país de crise social, previu como respostas um Programa de Emergência Social focando-se nos indivíduos com maiores carências, particularmente os idosos, desempregados, crianças em dificuldades, imigrantes e indivíduos portadores de deficiências.

O Governo previu entre 2011 e 2015 combater a pobreza, centrando-se na inclusão e coesão social, como estratégias na política da família, pretende reconhecê-la como instituição com a importância que deve ter, incentivando a natalidade (focalizando-se no apoio nos primeiros anos da criança, a partir da possibilidade desta ser inserida em creches subsidiadas, mais próximas dos locais de trabalho dos progenitores. Por outro lado, prevê ajustamentos nos horários de funcionamento destes

³⁰ Entrevista de Alfredo Bruto da Costa Presidente do Conselho Económico e Social - *“Não é possível combater a pobreza sem alterar o padrão de desigualdade da sociedade portuguesa - Segurança Social. (s.a.)*

³¹Henriques, José (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*, Dissertação de Doutoramento Economia, Lisboa, ISCTE.

³²Programa do XIX Governo Constitucional (2011), Presidência do Conselho de Ministros (85-96)

equipamentos), e garantindo a sustentabilidade e reforma dos modelos sociais. Neste sentido o programa do Governo, propôs-se a rever as políticas públicas vigentes.

Assim, a pobreza apresenta novas formas, consequência do desemprego e do endividamento das famílias. Deverá ser combatida, segundo o Programa de Governo, aplicando um modelo de inovação social que permite responder a situações de carência social mais graves, como é o caso da fome, prevendo o alargamento de cantinas sociais, atribuição de vestuário e medicamentos.

No sentido de medidas de apoio à família, e no contexto do presente trabalho, deverá ser ressaltada a vontade governamental para a ampliação da rede de Amas Credenciadas pela Segurança Social.

Este modelo de inovação social deverá dar resposta a situações de crianças em risco e novas situações de pobreza.

Relativamente aos agregados familiares com trabalho, o Programa de Governo, prevê que as declarações de trabalho às finanças não sejam penalizadas em relação a outros com trabalho não declarado. Ainda desenvolver para as famílias mais numerosas, uma política fiscal com benefícios económicos.

Na área da deficiência o Programa de Governo pretende reforçar a política de prevenção, reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência com medidas de incentivo profissional na ótica da igualdade de direitos.

Quanto aos imigrantes, a previsão das medidas políticas, centram-se no incentivo à inserção laboral e alargar o acesso à formação profissional; incentivar o empreendedorismo.

O Programa de Governo prevê desenvolver a possibilidade das IPSS e Misericórdias de aumentarem o número de beneficiários dos equipamentos de infância e terceira idade, mediante autorização e avaliação da Segurança Social. Ainda rever a prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), prevendo ajustes na sua estrutura e implementação e fiscalização.

O Programa de Emergência Social (PES) prevê ser aplicado pelo Estado, mas sobretudo pela Rede Nacional de Solidariedade (RENASO), a onde estão incluídas as autarquias, Misericórdias, Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).³³

Existem outras políticas públicas de apoio à família sobretudo no que diz respeito à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. É importante referir igualmente outras políticas públicas de apoio à família ao nível local e regional, dinamizadas por Câmaras Municipais e por Juntas de Freguesia, com o objetivo de apoiar as famílias em geral e as famílias mais carenciadas com crianças.

³³idem

Por exemplo, a atribuição de incentivos financeiros à fixação de residência e ao nascimento de crianças em zonas geográficas mais desertificadas; a organização de atividades de tempos livres para crianças e jovens nos períodos de férias; e outras iniciativas particularmente dirigidas a famílias carenciadas com crianças/jovens, como a distribuição gratuita de livros e material escolar e a abertura das escolas nos meses de verão para fornecimento de refeições. (Wall et al.,2014:27)³⁴

Há sinais que deixou de haver uma real política da família na sociedade contemporânea, com objetivos definidos a longo prazo, como refere o relatório de 2013 do Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP), destacando o agravamento das condições de vida das famílias, particularmente a partir de 2011, espelhados na redução de apoios económicos às famílias, ainda o aumento da carga fiscal a famílias com elementos menores, etc. (Wall e al, 2014:40)

Conclui-se que em consequência da globalização, da crescente europeização das políticas portuguesas, Hespanha, refere que estes aumentos de pressões sobre o Governo e as instituições de forma a gerirem eficientemente os recursos, em que parte destes advêm de programas europeus, promovendo a não confiança dos cidadãos a quem se destinam esses incentivos. Mesmo tendo em linha de conta que as novas políticas sociais dão destaque à inserção social e são renovadoras na sua aplicação, muitas fragilidades se mantêm, como diz Hespanha na seguinte citação:

De uma forma sintética, a nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidição do risco, a participação ativa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais, a personalização da ajuda em vez da sua massificação, a corresponsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida, a descentralização do desenho das medidas de política e a sua gestão partilhada pelas instituições locais, o efeito de proximidade em vez da solicitude distante, a flexibilidade das ações em vez da tipificação das valências. Pautando-se por princípios de eficácia e de cidadania, há que reconhecer que as políticas sociais são hoje mais exigentes na sua aplicação e também mais vulneráveis a distorções. Constitui um desafio para todos e, em particular, para os cientistas sociais desocultar os processos de enviesamento e ajudar a repensar as políticas de forma a reconduzi-las aos seus objetivos mais nobres³⁵. (Hespanha, s.a.:19)

No seguimento da reflexão sobre as políticas públicas voltadas para a família, há ainda a necessidade de fazer referência que continua a ser necessário o investimento no trabalho em rede por parte dos técnicos de terreno que trabalham com as famílias, sendo uma forma mais íntegra de intervenção social, tendo por máxima a autonomização das famílias. Ainda é necessário chamar a atenção que o aparecimento de respostas sociais à família quer sejam de carácter assistencialista ou não, não representam em si a superação dos problemas das famílias.

Os serviços que dão respostas aos problemas das famílias sejam públicos ou privados, devem continuar a apostar não só no trabalho em rede, como também num sentido multissistémico, isto é,

³⁴Wall, Karin, Mafalda Leitão, Susana Atalaia (2014), *Principais desenvolvimentos das políticas de família em 2013*. Relatório 2013. Lisboa, Observatório das Famílias e das Políticas de Família

³⁵Hespanha, Pedro (s.a), *Políticas Sociais: Novas Abordagens*. CES/FEUC , Portugal.

cada área específica de formação do profissional direcione na sua especificidade um objetivo comum como forma de autonomizar a família (Rolland e Walsh, 2005) referido por Governo.³⁶

É ainda fundamental que os técnicos ao trabalharem com as famílias possam promover para além de um sentimento de valorização, também o sentido de mudança na família. Neste campo específico não é possível deixar de destacar o papel dos técnicos enquanto agentes de relação. (Governo, 2012: 43-44)

Os profissionais que trabalham com as famílias, deverão manter uma relação de proximidade com as mesmas. Pinto, menciona que é neste campo que esta classe de trabalhadores se encontra perfeitamente integrado, contudo, apresenta a ambiguidade na situação, visto que, pelo facto de por vezes não conseguir resolver os problemas da família, leva-o a momentos de dificuldade profissional/frustração. Esta proximidade da relação, embora crucial, pode tornar-se difícil de gerir pelo técnico. Profissionais que não conseguem manter o afastamento quando necessário tornam o seu trabalho mais complicado.³⁷

Esta reflexão leva-nos no sentido do trabalho dos técnicos que por um lado não pode ficar aprisionado no saber teórico, mas sim num caminho progressivo e continuo e por outro lado, os técnicos tendem a trabalhar num sentido de empoderamento individual, com grande individualização das intervenções e desta forma podem cair no risco de assumirem um caminho de afastamento social e político. (Pinto, 2012:478)³⁸

No seguimento do que refere Hespanha, mencionado anteriormente no sentido dos problemas que advém da globalização e da crescente europeização das políticas e da pressão das mesmas no Governo e nos profissionais, Bauman, citado por Pinto, acrescenta:

O futuro do trabalho social e do Estado Social não está na sua recalibragem e reestruturação, nos cortes a pensar na eficiência, em melhores classificações e procedimentos informatizados, mas está nos padrões éticos da sociedade. Para Bauman não se trata de racionalidade, porque pensa que não há verdadeiramente provas da maior racionalidade da solidariedade, mas sim na escolha moral e ética do cuidado e da solidariedade para com os outros. (Pinto, 2012:480)

Torna-se importante ainda referir que nas sociedades contemporâneas, mantém-se a preocupação dos profissionais que trabalham com as famílias respondam às necessidades sociais, mas vive-se hoje a situação de uma falta de foco social e menos atuante no âmbito sociopolítico na questão da intervenção, devido ao facto de hoje, as políticas sociais individualizarem e tenderem à não

³⁶ Governo, Ana (2012), Quem muito abarca pouco abraça? A percepção das famílias pobres multidesafiadas sobre as suas competências em diferentes níveis de apoio formal. Mestrado integrado em psicologia – secção de psicologia clínica e de saúde/núcleo de psicologia clínica sistémica. Universidade de Lisboa – Faculdade de psicologia

³⁷ Pinto, Carla (2011), *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa

³⁸ Idem

socialização dos próprios problemas sociais, como forma de reverter esta tendência é urgente que os profissionais se envolvam profissionalmente no cumprimento dos objetivos de justiça social, como defende Bisman³⁹. (Pinto, 2012:482)

Em relação à qualificação dos profissionais que trabalham com as famílias é fundamental a qualidade de formação acadêmica e a sua reciclagem de saberes, é ainda importante a supervisão técnica como forma reflexiva da teoria-prática.

Ainda sobre o *empowerment* é importante referir as conclusões do estudo de Pinto que se situam no seguinte:

O *empowerment*, como elemento importante desses saberes, não é uma panaceia, mas a sua aplicação pretende produzir alguns efeitos positivos no sentido da justiça social e da emancipação humana, e deste modo pode trazer uma maior autenticidade ao trabalho social. A prática de *empowerment*, como qualquer outra prática do trabalho social, estará sempre repleta de tensões e de dificuldades, mas valerá sempre a pena enfrentá-las na procura de um mundo mais justo e livre para todos. É disso que trata o Estado Social, as políticas sociais e o trabalho social⁴⁰. (Pinto, 2012:482-483)

Após este momento reflexivo de uma passagem da teoria, incidindo na intervenção da prática dos profissionais na implementação das medidas impostas pelo Estado, na tentativa de luta contra as desigualdades sociais. No sentido do caminhar com as famílias de forma a serem mais plenas de direitos leva-nos ainda à reflexão sobre esses caminhos que as famílias vulneráveis com crianças menores trilham e perceber as limitações das famílias e dos profissionais e quais os desencontros nesta tríade (Estado-profissionais e técnicos).

4.5. Intervenção com famílias vulneráveis com crianças em risco e perigo – reflexão sobre o treino de competências parentais

Rodrigues refere que por vezes os profissionais na execução da intervenção com as famílias, no seguimento da aplicação do estipulado na lei, em concreto na aplicação das Medidas de Promoção e Proteção, apresentam várias dificuldades espelhadas na lei, que são as seguintes: dificuldade na diferenciação do tipo de intervenção a desenvolver, isto é, apresentam falta de clareza na intervenção, devido às particularidades de cada situação e desta forma, podendo correr o risco de não cumprir o enunciado na lei. Por vezes pode ser posta em causa, a falta de definição na prioridade da intervenção, enquadrados nos interesses da criança. Há igualmente falta de clarificação sobre essas prioridades/interesses da criança.

Mesmo após ter havido reflexão na matéria legislativa sobre a proteção de crianças e jovens em perigo, a aplicação e operacionalização tem apresentado dificuldades de diversas ordens, tais como:

³⁹ idem

⁴⁰ idem

“Por um lado, salienta-se a inexistência de definições operacionais, claras e objetivas de termos e conceitos utilizados para justificar e suportar o tipo de intervenção a desenvolver.” (Rodrigues:2012:37)

Além da falta de definições, conceitos, falta ainda definir critérios específicos de intervenção, sua natureza, e tempo de exequibilidade em concreto quando devem ser aplicadas medidas de afastamento da criança/família. A acrescentar a reduzida fiabilidade nas avaliações e diagnósticos dos casos bem como quais as medidas a aplicar.

No que concerne a dificuldades/fragilidades dos técnicos vs. aplicação das leis/políticas sociais, há ainda na matéria de infância, especificamente no acolhimento de crianças e jovens em risco e em perigo, as seguintes situações apresentadas por Carvalho:

- Crianças e jovens acolhidos em instituição sem medida aplicada de promoção e proteção – apresentam-se como postas em causa os seus direitos no que toca ao seu projeto de vida. Sendo a aplicação de medida que garante que os profissionais acompanhem o caso. Nestas circunstâncias a criança ou jovem torna-se invisível no sistema.
- Crianças e jovens com providência tutelar cível, com tutela atribuída ao diretor da instituição, não podendo este efetivamente garantir na íntegra o cumprimento das responsabilidades parentais. Devendo estas situações manter a aplicação de medida de promoção e de proteção. Nesta situação, as crianças e jovens encontram-se em situação de violação das normas nacionais e internacionais, visto que os seus direitos não estão plenamente assegurados. (Carvalho, 2013:40-41)

Dado que o objeto de estudo deste trabalho se centra na avaliação de um plano de treino de competências parentais, é importante ainda ter uma apreciação de teóricos com reflexão a partir da prática, da intervenção com famílias pobres em cenário de competências parentais.

O treino de competências parentais com famílias maltratantes tem vindo a ser cada vez mais frequente. A própria investigação refere exatamente essa tendência, com o desenvolvimento e implementação de programas principalmente para famílias consideradas de alto-risco⁴¹.

Vários programas já foram desenvolvidos em Portugal, principalmente da iniciativa do Estado, ao nível da intervenção precoce mas também com impacto positivo. Mostrando uma tendência para o aumento de novos programas. Iguamente de forma progressiva e de forma significativa, o sector privado e as IPSS têm desenvolvido iniciativas da mesma natureza. Iguamente verificam-se preocupações nas metodologias, procedimentos e avaliação dos programas.⁴²

⁴¹ Pretextos revista do ISS (2008: 4-5)

⁴² Grilo

Dada a complexidade dos sistemas e a sua interação contínua e dinâmica, em que um sistema altera um outro sistema e assim sucessivamente, como é o caso do sistema das famílias, desta forma, devemos ter em consideração a imprevisibilidade das mesmas, logo, a dificuldade na aplicação de programas de treino de competências parentais. Por isso, estes programas são desafiantes, tendo os profissionais que desenvolver estratégias adaptativas por forma a criarem o equilíbrio na mudança das competências das famílias. Novamente referem a importância do papel dos profissionais que trabalham com as famílias que devem ter um desempenho importante como mediadores no percurso da mudança nas famílias⁴³.

As famílias que experimentam situações que as deixam socialmente vulneráveis, com frequência encontram ainda múltiplos problemas sociais, tais como situações de desemprego; doenças crónicas ou temporárias; alcoolismo/toxicoddependência; deficiência e dificuldades escolares na aprendizagem. A abordagem por parte dos profissionais em situações de mudança nas formas educacionais enquanto progenitores, não poderá ser feita de forma linear, deverá ter uma abordagem ampla, por forma a entender quais as situações problemas que são causas e os que são consequências de outros, isto é, entender as causalidades circulares na família. É necessário nesta abordagem, haver a preocupação das experiências de vida de cada elemento e o seu contexto.

Como forma de proposta na intervenção com famílias vulneráveis, numa perspectiva de mudança social Grilo propõe:

1. Mudança emergente, que se opera, sobretudo, a partir da aprendizagem pela experiência e, nomeadamente, a partir da aprendizagem horizontal;
2. Mudança transformativa, que se opera a partir das crises;
3. Mudança projetável, que tende a ser mais bem-sucedida quando os problemas, as necessidades e as possibilidades são mais visíveis e se encontram sob condições e relações estáveis. (Grilo, 2013:10)

Contudo, por vezes, no decorrer da aplicação dos programas de competências e mesmo na sua avaliação, verifica-se que as famílias apresentam limitações na aprendizagem e na própria mudança, podendo assim, segundo Alarcão, citada por Grilo, entender o motivo da seguinte forma:

(...) A família é um sistema auto poético na medida em que, (...) aceita um conjunto finito de transformações estruturais, conservando sempre a sua organização. As dificuldades das famílias face às crises e os pedidos de intervenção surgem quando aquela sente ameaçada a sua organização. As implicações práticas desta nova formulação são extraordinárias pois permitem compreender as razões pelas quais as famílias não aceitam todas as propostas de transformação, mesmo que elas pareçam adequadas a sua própria evolução. (Alarcão; 2000 apud Grilo,2013:10)

⁴³ Idem

Ainda na linha de pensamento de Grilo, podemos acrescentar sobre a resistência à mudança por parte das famílias vulneráveis que por vezes os técnicos referem-se a essa resistência na mudança, como resistência por si só, sem perceberem que necessitam de aplicar outras estratégias de ação. Na realidade o motivo de resistência de mudança na família deve-se ao sistema auto poético destas. Desta forma os técnicos deverão estar atentos à forma de viver a provocação da mudança pela própria família, criando, estratégias complexas com base em desenvolvimento de relações de confiança, flexibilização da própria intervenção, reconhecendo a singularidade da família, promover o diálogo como forma de reflexão na família e ainda a importância de recorrer de forma articulada a redes quer formais, quer informais. Esta última estratégia é muito importante como forma de não favorecer os processos de famílias multiassistidas, e recorrer a outros serviços que podem ser chave na mudança, bem como recorrer aos famílias e amigos, podendo estes constituírem-se como fundamentais nesse processo em que a família se encontra. (Grilo,2013:9-13)

CAPÍTULO V – ABORDAGEM PRÁTICA – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO – ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE TREINO DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS EM PAIS COM FILHOS INSTITUCIONALIZADOS: O ESTUDO DE CASO DO CAT – CASA DA PALMEIRA DA ASSOCIAÇÃO LUÍS PEREIRA DA MOTA (ALPM)

Capítulo V - ABORDAGEM PRÁTICA – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO – ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE TREINO DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS EM PAIS COM FILHOS INSTITUCIONALIZADOS: O ESTUDO DE CASO DO CAT – CASA DA PALMEIRA DA ASSOCIAÇÃO LUÍS PEREIRA DA MOTA (ALPM)

5.1. Breve apresentação histórica da ALPM

A Associação Luís Pereira da Mota é uma instituição particular de solidariedade social com 95 anos de existência, sediada na cidade de Loures.

A sua principal missão está focalizada na entreaajuda, e por isso continua a desenvolver respostas sociais ao nível do concelho de Loures. As áreas de intervenção são diversificadas, passando desde a infância (com várias respostas sociais), a área dos jovens, idosos e sociocomunitária.

As intervenções de cada valência da ALPM são asseguradas por equipas qualificadas e multidisciplinares.

A história da constituição da Associação remonta à Ordem Religiosa de S. Francisco, que desenvolveu a sua ação na Vila de Loures desde 1754.

Em 1910, com a implantação da República, os estatutos e os objetivos da Ordem, adaptaram-se às leis da República, assim, a 30 de Dezembro de 1915, passa a ser designada por Associação de Assistência e Beneficência de Loures, Luís Pereira da Mota, nome do benemérito da Ordem que durante mais de 60 anos, esteve focalizada para a assistência e acompanhamento de todos quantos tinham dificuldades quer de subsistência, abrigo, medicamentos⁴⁴.

Em 1976, com base nas alterações políticas e sociais da época, os estatutos foram alterados, passando a ser designada por Associação Luís Pereira da Mota, assina vários acordos com a Segurança Social, conseguindo desta forma apresentar de maneira mais estruturada respostas nas áreas da infância; juventude e terceira idade. Posteriormente, em 1987, alcança o estatuto de IPSS⁴⁵.

A ALPM celebrou a partir de 2005 acordos de cooperação no âmbito da Ação Social e do Rendimento Social de Inserção na freguesia de Loures.

O desenvolvimento das respostas sociais foram progressivamente alargadas, tendo no dia 1 de Junho de 2008, inaugurado o Centro de Acolhimento Temporário, Casa da Palmeira.

Desde a fundação da ALPM e até ao momento a rede de parcerias foi sendo alargada com vista a responder adequadamente às necessidades da comunidade.

⁴⁴Registos históricos da ALPM

⁴⁵ Idem

Atualmente tem como principais áreas de intervenção:

Quadro 1 - Áreas de intervenção da ALPM

Primeira e segunda Infância	<p>Creche familiar</p> <p>Creche tradicional</p> <p>Pré-escolar</p>
Terceira infância e Juventude	<p>ATL – Atividades de tempos livres</p> <p>Apoio ao estudo</p> <p>Área jovem</p>
Terceira Idade (Loures)	<p>Centro de convívio</p> <p>Centro de dia</p> <p>Apoio domiciliário</p> <p>Apoio domiciliário alargado</p> <p>Apoio domiciliário integrado</p> <p>Lar de idosos</p>
Terceira Idade (Casa de Santa Tecla)	<p>Lar de idosos</p> <p>Apoio domiciliário alargado</p> <p>Centro de dia</p>
Atendimento/Acompanhamento a famílias de Loures	<p>Ação social</p> <p>Rendimento social de inserção</p> <p>Cantina social</p> <p>Centro de acolhimento temporário: Casa da Palmeira</p>

Fonte: ww.alpm-loures.com

5.2. A ALPM – Valência CAT – Casa da Palmeira – estrutura e funcionamento

Desde 2003, a ALPM tem parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loures, com um conhecimento vasto a partir da sua experiência de intervenção no Concelho na área das crianças de Loures. Tendo sido determinante, para a criação do projeto do centro de acolhimento temporário, agora existente.

Como referido anteriormente, em 2008, a ALPM, apresenta mais uma resposta social ao nível da área sociocomunitária, como sendo o CAT Casa da Palmeira com capacidade para 16 crianças em situação de risco, confiadas judicialmente ao CAT, com idades entre os zero e os doze anos.

O CAT apresenta como objetivos: a promoção de um ambiente familiar (respeitando a privacidade e especificidades de cada criança) por forma ao melhor desenvolvimento desta, garantindo o

consagrado na Convenção dos Direitos da Criança, ou seja, o direito à educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art.º 49º, da LPCJ nº 147/99 de 1 de Setembro).

O Centro apresenta na sua composição no que concerne a recursos humanos, duas equipas com os seguintes colaboradores: a equipa técnica composta pela diretora do CAT; uma assistente social; uma psicóloga e um técnico superior na área das ciências da educação (professor) e a equipa dos ajudantes de ação direta.

Quadro 2 - Tabela dos colaboradores do CAT

Colaboradores do CAT – Casa da Palmeira	Composição/Número de colaboradores
Equipa Técnica	Diretora Técnica – 1; Assistente social – 1 Psicóloga – 1; Professor - 1
Equipa dos Ajudantes de ação direta	9

Fonte: Organograma do CAT

Ainda fazem parte do funcionamento do CAT de forma descontínua; estagiários académicos e profissionais de serviço social e de psicologia, voluntários que se ocupam das crianças e ainda algumas famílias amigas, igualmente em regime de voluntariado com quem as crianças mais velhas passeiam ou passam férias/fins de semana. Por último não esquecendo a importância na articulação com as outras valências e recursos humanos da ALPM, ao nível da secretaria, refeitório, ainda ao ATL, creche e Jardim de Infância que assegura o acesso das crianças durante todo o ano letivo e de férias.

5.3. Processo de admissão de crianças no CAT

O processo de admissão das crianças e jovens no CAT exige determinadas medidas⁴⁶ definidas por lei⁴⁷ da seguinte forma:

A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionarem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (D.R,1999:6123)

Assim, e no sentido do cumprimento legislativo em CAT, o acolhimento prevê na aplicação de uma medida provisória e temporária, com duração não mais do que seis meses, com vista a que a equipa técnica afira o diagnóstico familiar e da criança com um delinear do projeto de vida mais adequado⁴⁸.

⁴⁶ Descritas no manual de processos-chave Centro de Acolhimento Temporário vol I ISS, 2007

⁴⁷ Lei nº 147/99 – artº 49º

⁴⁸ Descritas no manual de processos-chave Centro de Acolhimento Temporário vol I ISS, 2007

As crianças e jovens são institucionalizados em CAT, devido a duas situações:

1. Necessidade urgente e imediata, embora transitória do meio familiar;
2. Rejeição ou conflito no agregado familiar ou social que constitua risco para a criança

É dada prioridade na admissão no CAT de fratrias, de forma a evitar separações.

Igualmente é dada prioridade na admissão a crianças residentes no concelho, de forma a evitar ruturas de laços familiares⁴⁹.

O encaminhamento das situações para o CAT é realizado por uma das seguintes entidades:

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Ministério Público através das Equipas de Proteção de Crianças e Jovens (ECJ)⁵⁰.

As entidades ECJ e a CPCJ intervêm com as famílias, tendo estas sido sinalizadas a intervir a partir de vários motivos, todos eles centrados nas situações de negligências, risco e perigo das que os menores estavam a viver. Estas entidades detêm competência legislativa para propor e aplicar várias medidas de promoção e de proteção à criança e jovem. Contudo, no caso de incumprimento, recusa ou insucesso na aplicação das mesmas, surge a urgência de afastar a criança da situação de risco e ou de perigo, socorrendo-se sempre da lei para promover e ou propor a Medida de colocação em instituição.

Assim, a partir da admissão da criança ou jovem em CAT, o processo deixa de pertencer à entidade remetente, podendo ser ainda responsável pelo processo em simultâneo com a equipa técnica do CAT se estabelecido pelo Tribunal de Infância e Menores.

Tal como referido anteriormente, a medida de colocação em instituição deverá ser aplicada durante o menor tempo, de forma a não afetar a integridade psicológica da criança.

Quando a criança é admitida em CAT, a vaga que ocupa é da inteira responsabilidade de Equipa de Gestão de Vagas do ISS que articula com o CAT e com a entidade remetente do processo. Devendo para tal haver vaga disponível para nova admissão. Desta forma, após a admissão da criança ou jovem, as equipas intervêm diretamente e diariamente com a criança e suas famílias, prevendo em articulação com os pais o melhor e mais adequado projeto de vida para o menor.

Assim e no sentido de articulação com os pais e melhorar as suas competências enquanto progenitores, o ISS apresentou aos Centros de Acolhimento e Lares de Infância e Juventude ao nível nacional a continuação de trabalho nas áreas mais fragilizadas dessas respostas sociais, assim, a partir do Plano Sere+ desenvolveram-se novas formas de trabalho com famílias como seguidamente pode ser analisado.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Lei nº 147/99

5.4. Plano Sere+ - Breve perspectiva histórica e implementação

É necessário antes de mais explicar o Plano DOM que significa Desafios, Oportunidades e Mudanças. A partir do despacho nº 8393/2007 de 10 de Maio, o Governo faz surgir o Plano DOM, programa desenvolvido pelo Instituto de Segurança Social entre os anos de 2007 a 2012, cujo objetivo se centrou no desenvolvimento de medidas para a qualificação dos Lares de Infância e Juventude a nível nacional. Por forma a promover a mudança na intervenção da Promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens institucionalizados. Para a concretização do plano, foi necessário proceder ao melhoramento das respostas existentes, para uma melhor adequação à população acolhida, por forma a dar corpo às alterações legislativas na matéria de proteção de crianças e jovens.

Assim, o Plano DOM permitiu uma atualização diagnóstica na organização das instituições, desenvolvendo duas medidas, uma no sentido do reforço das equipas técnicas das instituições numa melhor adequação ao número de crianças e jovens em instituição. A segunda medida, previu a qualificação pela formação das direções, e equipas das instituições. Nesta medida ainda foi contemplado o apoio na intervenção do acolhimento que permita uma adequada institucionalização das crianças e jovens com vista a um apropriado projeto de vida. (Carvalho, 2013:30-31)

A partir do despacho nº 9016/2012 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, considera que no âmbito do Programa de Emergência Social, devido ao aumento da sinalização de situações de risco em crianças e jovens, acrescentado ao facto da atual situação de crise no país, com impacto negativo nas famílias, pondo em risco as crianças e jovens. O MSSS considera a necessidade da evolução do Plano DOM para um modelo de intervenção mais especializado, com particular enfoque para o equilíbrio das crianças e jovens, prevendo sempre a sua proteção, com a aplicação de modelos socioeducativos não só às crianças e jovens acolhidos mas também as suas famílias. A aplicação e monitorização do plano é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social (ISS)⁵¹.

5.4.1 Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ do 1º semestre de 2013

O Plano Sere + para o 1,º semestre de 2013 é como já foi referido anteriormente como a evolução do Plano DOM apresentou as seguintes áreas estratégicas e respetivos objetivos:

⁵¹ Diário da República, 2ª série – Nº 128- 4 Julho de 2012

Quadro 3 - Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ 1º semestre de 2013

Áreas Estratégicas	Objetivos
Projetos de Vida	Definição e implementação de projetos de vida; Dificuldades na implementação dos projetos de vida
Individualização e personalização do acolhimento	Espaço físico; atenção individual; existência de educadores de referência, gestor de caso; Horários adequados às necessidades das crianças e jovens; Intervenção na crise/gestão do conflito; processo de acolhimento; preparação da cessação de acolhimento
Organização Interna	Regularidade reuniões/comunicação entre equipas; papel da direção técnica; relação da direção da instituição com a resposta social; autonomia das equipas; autonomia da direção técnica; definição de funções, responsabilidade e autonomia
Relação com a Família	Envolvimento das famílias; intervenção com as famílias; horários de visitas
Instrumentos de Intervenção	Implementação dos instrumentos; adequação/revisão dos instrumentos
Relação com a comunidade/inserção comunitária	Inserção das crianças e jovens nas estruturas a comunidade; articulação da instituição com entidades/serviços/instituições da comunidade; promoção da autonomia; prevenção da estigmatização das crianças acolhidas
Recursos Humanos	Constituição da equipa técnica, educativa e de apoio; Necessidades de formação; estabilidade das equipas; voluntários – enquadramento e monitorização; permanência técnica efetiva
Avaliação da Equipa de Acompanhamento	Apreciação sobre as mais-valias e os constrangimentos diagnosticados

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013

5.4.2 Áreas estratégicas e objetivos do Plano Sere+ definidos para o CAT Casa da Palmeira

O Instituto da Segurança Social, em concreto o núcleo de respostas sociais e núcleo de infância e juventude, em acordo com as necessidades da equipa técnica do CAT Casa da Palmeira, previu que as áreas estratégicas a serem trabalhadas por esse CAT seriam as seguintes:

Quadro 4 - Áreas estratégicas e objetivos a desenvolver no decorrer do 2º semestre de 2013 no âmbito do Plano Sere+ para o CAT Casa da Palmeira

Áreas estratégicas	Objetivos
Projetos de Vida	Definição e implementação de projetos de vida
Relação com a Família	Intervenção com as famílias
Instrumentos de intervenção	Adequação/revisão dos instrumentos

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013

No presente trabalho serão apresentados apenas os resultados da área estratégica referente à relação com a família, visto ser esse o objetivo deste estudo de caso.

Relativamente à área estratégica da relação com a família foram definidas as seguintes ações, responsáveis e cumprimento de prazos:

Quadro 5 - Ações a desenvolver no decorrer do 2º semestre de 2013, no âmbito do Plano Sere+ para o CAT Casa da Palmeira

Objetivo: Desenvolver uma nova metodologia de intervenção com as famílias no contexto institucional para uma maior capacitação das mesmas		
Ações	Responsáveis	Prazos
Construir uma grelha com as diferentes áreas a serem trabalhadas com as famílias ao nível das competências parentais	Diretora do CAT e equipa Técnica	Julho de 2013
Alargamento das visitas familiares para 1h30 em 6 famílias em que na última meia hora são trabalhadas as competências parentais	Equipa Técnica	Até à 3ª semana de Set a Nov. de 2013

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

5.5. Apresentação de resultados do estudo

A avaliação é imprescindível para medir o impacto de qualquer intervenção junto do grupo alvo de estudo. Contudo, a avaliação deve ser mais do que mencionar o cumprimento da ação. Deve explicar os resultados alcançados, como tal é importante identificar pontos fortes e fracos das intervenções, por forma a serem apresentadas propostas de melhoria para futuras intervenções. Por sua vez, a avaliação não é um momento estanque, decorre ao longo do desenvolvimento do estudo, prevendo assim que no final sejam apresentadas conclusões e resultados atingidos. (Carvalho e Cruz, 2011:105).

A primeira ação foi realizada em Julho de 2013, tendo sido construída a grelha de competências parentais e enviada para a Segurança Social para apreciação/monitorização.

A grelha de competências parentais aplicada teve dois pontos de avaliação, as áreas gerais e as áreas específicas de avaliação para os filhos e os pais. Cada área geral contemplou várias áreas específicas, como se pode verificar:

Quadro 6 - Grelha de competências parentais aplicada às famílias em estudo

Áreas Gerais	Áreas Específicas
Higiene pessoal e autoimagem	Banho; lavar dentes; lavar mãos (antes das refeições e após ida ao WC); aparência cuidada
Refeições (avaliação em domicílio)	Nº de refeições diárias; horários; variedade de alimentos; local das refeições; dinâmica familiar; limpeza da cozinha
Organização de espaços	Organização do quarto (institucional ou domicílio); Organização da sala (domicílio); Organização da cozinha (domicílio); outros espaços
Competências sociais	Situação de emprego; valores cívicos e morais
Apoio escolar	Organização de material escolar; acompanhamento ao estudo; presença nas reuniões de pais
Saúde	Acompanhamento médico de rotina; prevenir situações de doença; detetar sintomas; dar resposta a situações de doença
Qualidade da relação	Proximidade física; partilha de informações/tomada de decisões; tipo de discurso

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

5.5.1 Caracterização Sociodemográfica dos pais

A população alvo do estudo durante o período de tempo da aplicação do mesmo situou-se em seis das nove famílias cujos filhos estão institucionalizados no CAT Casa da Palmeira, em que os seus projetos de vida estejam enquadrados no regresso à família de origem.

Desta forma das nove famílias, foram selecionadas seis para participarem no estudo do treino de competências parentais no âmbito do Plano Sere+ relativo ao 1º semestre de 2013 com aplicação entre a terceira semana de setembro até ao final de novembro de 2013.

O público-alvo da intervenção é na sua maioria composto por mulheres, com idades compreendidas entre os 23 e os 36, com habilitações mínimas de 1º ciclo, com profissões precárias na área da prestação de serviços, principalmente como ajudantes de lar, ou empregadas de limpeza/cozinheiras, sem contrato de trabalho.

No que respeita à tipologia de agregado, não há uma uniformidade, embora a maioria seja inserida na tipologia de monoparentalidade feminina e em igual número família de tipologia nuclear.

Os motivos da institucionalização dos filhos, foram quase na totalidade por negligências nas áreas da falta de higiene pessoal e habitacional; falta de cuidados de saúde e de educação.

Quadro 7 - Caracterização socio demográfica dos pais

Género	Idade	Habilitações	Profissão	Tipologia de agregado	Motivos de institucionalização dos filhos
Feminino	23	1º Ciclo	Ajudante de lar	Alargada	Negligência (falta de habitação, cuidados de saúde, educação)
Feminino	34	3º Ciclo	Empregada de limpezas	Monoparental	Negligência (falta de higiene habitacional e pessoal das crianças falta de cuidados de saúde e de educação)
Feminino	30	3º Ciclo	Ajudante de lar	Monoparental com uma menor	Negligência (Falta de higiene habitacional e pessoal; falta de bens essenciais, falta de cuidados na saúde e educação)
Casal	Masculino 36	1º Ciclo	Motorista de táxi	Nuclear	Violência doméstica, alcoolismo do pai, falta de cuidados de higiene habitacional e pessoal
	Feminino 36	2º Ciclo	Desempregada		
Feminino	23	3º Ciclo	Desempregada	Recomposta	Negligência (Falta de higiene habitacional e da criança; falta de bens essenciais, falta de cuidados na alimentação e saúde, abandono)
Casal	Masculino 33	1º Ciclo	Desempregado	Nuclear	Negligência (Falta de higiene habitacional e pessoal; falta de bens essenciais, falta de cuidados na alimentação e saúde)
	Feminino 30	3º Ciclo	Ajudante de lar		

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

Outros dados importantes complementares sobre as famílias do estudo

Na consulta processual relativa às famílias do presente estudo, há algumas considerações importantes a destacar de forma sumária:

- Das seis famílias em estudo, quatro têm seis elementos imigrantes.
- Desses, apenas um pai não se encontra em Portugal, tendo sido extraditado, ou outro pai, está detido e uma mãe não possui documento de residência válido.
- Relativamente à situação habitacional, os agregados à data da realização deste estudo encontravam-se com habitação, contudo, uma família vive em habitação de génese ilegal; uma em habitação social em situação de despejo iminente; uma em arrendamento com rendas regularizadas, mas dada a nova lei do arrendamento o agregado está em conflito com o senhorio. Cerca de três agregados têm a situação de arrendamento regularizada, embora duas não tenham contrato e recibos válidos de arrendamento. Uma outra família não tem despesa de habitação dado coabitar com novo companheiro e estar em situação de irregularidade documental e desempregada.
- Ainda a destacar que das seis famílias, cinco tiveram na geração anterior, acompanhamento dos serviços sociais no que respeita à sua precaridade socio económica, com acesso a vários apoios sociais a famílias carenciadas. Três famílias, há a registar que os seus progenitores tiveram direito a habitação camarária. Uma progenitora viveu até à fase adulta em lar de infância e de juventude.
Outra família, em concreto uma mãe, teve ela própria processo na CPCJ por maus tratos dos progenitores.

5.5.2 Tipo de relações familiares e emocionais entre pais e filhos

Para uma melhor caracterização das famílias que participaram no estudo, ao nível das relações familiares e emocionais entre o agregado e outros subsistemas familiares, com base na construção e interpretação de genogramas⁵² aplicados às seis famílias, conclui-se o seguinte:

De forma geral, as relações familiares dos progenitores são em regra prolongadas com coabitação, mas no momento com separação entre os pais. São relações emocionais entre os progenitores na maioria de carácter hostil e conflituoso.

Relativamente à relação emocional dos pais com os filhos é predominantemente distante; apática e indiferente. Por último, a relação emocional de outros familiares com as crianças é na sua maioria entre crianças, harmoniosa e de amizade e entre adultos e as crianças no CAT é normalmente distante, indiferente e apática.

⁵² Ver anexos A – Genogramas

Quadro 8 - Tipo de relações familiares e emocionais dos agregados do estudo

Famílias	Relação familiar	Relação emocional adultos	Relação emocional pais com os filhos	Relação emocional outros familiares com as crianças
Saraiva ⁵³	Prolongada, sem coabitação, separações	Hostil; discórdia; conflito	Distante; apática; próxima hostil	<u>Outras crianças:</u> harmoniosa, amizade; <u>Adultos:</u> distante; indiferente; apática
Antunes ⁵⁴	Casual, separação sem coabitação	Hostil; distante	Distante; apática; controladora	<u>Outras crianças:</u> harmoniosa; amizade <u>Adultos:</u> distante; indiferente; apática
Sousa ⁵⁵	Prolongada, com coabitação, separação	Hostil; discórdia; conflito/violenta; distante	Distante; indiferente; apática; distante hostil	<u>Outras crianças:</u> Distante <u>Adultos:</u> distante; indiferente
Pacheco ⁵⁶	Prolongada, com coabitação	Próxima; violenta	Discórdia; conflituosa; ódio; distante; apática, indiferença	<u>Outras crianças:</u> Distante; Indiferente <u>Adultos:</u> distante; indiferente
Palma ⁵⁷	Casual, separação sem coabitação	Discórdia; conflito; ódio	Distantes; apáticos; indiferente; separação	<u>Adultos:</u> distantes; indiferente; apática
Mendes ⁵⁸	Prolongada, com coabitação,	Manipulação; conflituosa	Centrados negativamente; manipulação; distante; apática	<u>Outras crianças:</u> harmonia, amizade; conflituosa; distante <u>Adultos:</u> distante; indiferente; apática; normal

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

⁵³ Ver anexo A1 – Genograma família Saraiva

⁵⁴ Ver anexo A2 – genograma família Antunes

⁵⁵ Ver anexo A3 – genograma família Sousa

⁵⁶ Ver anexo A4 – genograma família Pacheco

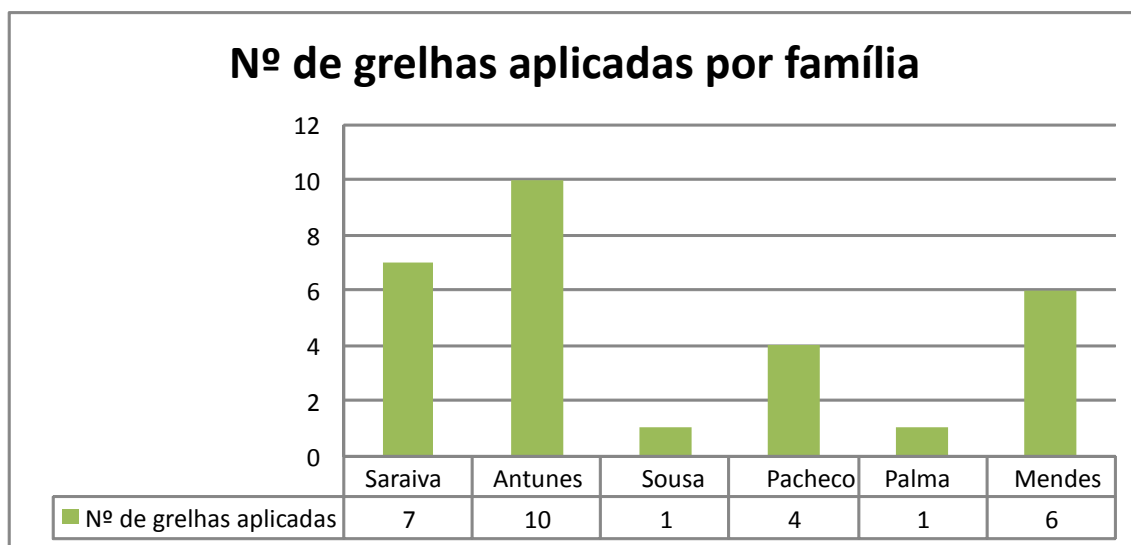
⁵⁷ Ver anexo A5 - genograma família Palma

⁵⁸ Ver anexo A6 – genograma família Mendes

5.5.3 Aplicação dos instrumentos de análise e seus resultados

No período compreendido entre 16 de Setembro de 2013 a 30 de Novembro do mesmo ano, foram aplicadas pela equipa técnica da Casa da Palmeira, cerca de 29 grelhas de competências parentais⁵⁹ a 6 famílias. A aplicação da grelha de competências implicou sempre o treino de competências parentais no término da visita familiar, momento em que ficou reservado para os pais e a equipa técnica. As grelhas de competências parentais foram aplicadas da seguinte forma:

Quadro 9 - Nº de grelhas de competências parentais aplicadas às famílias em estudo



Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

Das seis famílias selecionadas, há a destacar que três delas apresentaram instabilidade na frequência das visitas familiares, sendo que uma delas acabou por desistir (Família Pacheco) e as outras duas durante o período em questão da aplicação do programa, apenas realizaram uma visita familiar. As outras três famílias mostraram-se disponíveis para a aplicação do estudo, tendo mostrado sempre interesse no decorrer do mesmo.

5.5.4 Grelhas de treino de competências parentais – atividades desenvolvidas

Atividades desenvolvidas A aplicação do plano de treino de competências parentais em pais com filhos institucionalizados no CAT – Casa da Palmeira decorreu durante doze semanas no segundo semestre de 2013. Num primeiro momento, a equipa técnica ao realizar a monitorização da visita familiar (entre pais e filhos) no CAT com a duração habitual de 60 minutos, observou a dinâmica familiar (diagnóstico) de forma a trabalhar seguidamente as competências parentais (filhos e pais). Posteriormente, no final da visita, a família era informada do término da mesma e dava-se início ao trabalho de competências parentais, com duração de trinta minutos.

⁵⁹ Ver anexo B – Grelha de competências parentais aplicadas às famílias em estudo

A metodologia aplicada teve por princípio a participação ativa, desenvolvendo-se de forma personalizada, mediante role-play, em raros momentos, mas principalmente por discussões temáticas e reflexões, baseado sempre nas experiências pessoais da família, como estratégia para os envolver e motivar na participação no estudo de forma a melhorar as competências parentais. (Capelo e Carinhas, 2011:159)

Das áreas gerais e específicas que compõem as grelhas de competências, foram trabalhadas com menor e maior incidência da seguinte forma:

Quadro 10 - Áreas gerais e específicas trabalhadas com pais e filhos e sua incidência

Áreas Gerais	Áreas Específicas	Para os filhos	Para os pais
Higiene pessoal e autoimagem	Banho	10	4
	Lavar dentes	12	2
	Lavar mãos	7	2
	Aparência cuidada	12	13
Refeições (avaliação em domicílio)	Nº de refeições diárias	2	3
	Horários	1	2
	Variedade de alimentos	0	2
	Local das refeições	0	1
	Dinâmica familiar	1	1
	Limpeza da cozinha	1	2
Organização de espaços	Organização do quarto	11	7
	Organização da sala	0	1
	Organização da cozinha	0	2
	Outros espaços	0	2
Competências sociais	Situação de emprego	0	14
	Valores cívicos e morais	3	22
Apoio escolar	Organização de material escolar	2	2
	Acompanhamento ao estudo	1	2
	Presença nas reuniões de pais	0	0
Saúde	Acompanhamento médico de rotina	4	4
	Prevenir situações de doença	0	2
	Detetar sintomas	0	3
	Dar resposta a situações de doença	1	1
Qualidade da Relação	Proximidade física	8	9
	Partilha de informações/tomada de decisões	0	7
	Tipo de discurso	0	9

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

No **grupo dos filhos**, a maior incidência do treino de competências parentais centrou-se principalmente na área geral de higiene pessoal e autoimagem na lavagem dos dentes (após as refeições) e a aparência cuidada seguindo-se com o cuidado para toma do banho.

Na área geral das refeições o enfoque foi para a importância do nº de refeições. Ao mesmo nível trabalhou-se a importância dos horários da toma de refeições, a dinâmica familiar e a importância para a limpeza da cozinha.

Quanto à área geral da organização dos espaços apenas foi trabalhada a questão da organização do quarto, visto que as restantes áreas específicas desta área geral são para serem trabalhadas no domicílio, situação que não ocorreu durante o tempo da aplicação do estudo.

Relativamente à área geral das competências sociais – Foi trabalhada unicamente a área específica dos valores cívicos e morais.

Na área geral do apoio escolar – Foi dado mais destaque para a organização do material escolar. O acompanhamento ao estudo embora tenha importância foi trabalhado com menor frequência.

Quanto à área geral da saúde – A incidência do trabalho de treino de competências residiu em primeiro lugar no acompanhamento médico de rotina, e com menor importância para a área específica de dar resposta a situações de doença.

No último grupo, a área específica trabalhada é a da qualidade da relação, tendo sido dada total importância para a proximidade física.

No **grupo dos pais**, o enfoque do treino de competências parentais distribuiu-se da seguinte forma por áreas gerais e específicas:

Higiene pessoal e autoimagem, foi dado destaque às áreas específicas da aparência cuidada, seguindo-se a área relativa ao banho e por último e de igual forma a importância na lavagem dos dentes e mãos.

O objetivo deste grupo de áreas centrou-se principalmente na importância dos cuidados básicos de higiene pessoal, como uma hábito saudável a manter, mas também como estratégia de melhorar a auto estima com o cuidado da aparência, por forma a promover o bem-estar emocional, fomentando também a auto estima positiva dos filhos.

Quanto à área geral das refeições, o trabalho de treino de competências incidiu no número de refeições diárias, seguindo-se com igual importância para as áreas específicas dos horários, variedade de alimentos e limpeza da cozinha, por último com igual incidência, foram trabalhadas as áreas específicas do local das refeições e a dinâmica familiar.

Neste grupo, previa-se desenvolver nos pais a importância não só de uma alimentação saudável, como criar atitudes positivas em relação aos alimentos, diversidade e confeção, fornecer informação simples sobre a alimentação saudável nas crianças, estimular para a confeção de refeições simples, práticas e saudáveis, alertar para o consumo de alimentos prejudiciais para a saúde.

A área geral de organização dos espaços teve particular destaque ao nível das áreas específicas da organização do quarto, embora as restantes áreas específicas desta área geral fossem para trabalho

no domicílio, independentemente de não ter sido possível essa situação, as famílias foram sensibilizadas para a importância da organização da cozinha, outros espaços, dando menor importância à organização da sala.

Quanto a este grupo, a informação transmitida foi a da importância para toda a família de criar hábitos de organização pessoal e doméstica. Desenvolver estratégias lúdicas junto das crianças para a divisão de tarefas domésticas. Fomentar hábitos de higiene habitacional para manter a saúde da família.

Relativamente à área geral de competências sociais – Foi trabalhada insistentemente a área específica da situação de emprego, seguida da área dos valores cívicos e morais.

Neste grupo, privilegiou-se a importância de manter o posto de trabalho, como forma de garantia de rendimento para a família, a importância de se liquidar dívidas e no caso de reorganização do espaço da casa com a necessidade de aquisição de mobiliário, promoveu-se a forma de aquisição de bens necessários mediante a real condição económica. A importância de aquisição de formação e regresso à aprendizagem escolar/profissional, como probabilidade de melhorar o acesso ao mercado de trabalho. Foram trabalhadas as questões de gestão e resolução de conflitos.

Na área geral do apoio escolar – As áreas específicas mais trabalhadas de igual forma foram a organização de material escolar e o acompanhamento ao estudo.

Quanto a este grupo, deu-se particular atenção à importância no acompanhamento escolar dos filhos em todo o tempo escolar. Proporcionar o conhecimento dos diferentes modelos educativos, como forma de reconhecer a necessidade e importância de cada estilo para cada circunstância. Promover a escuta e diálogos ativos e construtivos com os filhos. Importância da vida escolar dos filhos, estando ao corrente da sua situação através da escola/professores.

A área geral da saúde teve particular atenção para as áreas específicas do acompanhamento médico de rotina, seguido da área específica de detetar sintomas, com menor importância a área específica de prevenir situações de doença e por último dar resposta a situações de doença.

Neste grupo, pretendeu-se sensibilizar e informar os pais para a importância de bons hábitos de higiene, alimentação, cumprimento do plano de vacinação, acompanhamento em consultas de rotina da família, planeamento familiar, a importância da frequência em consultas de especialidade, a importância da toma de medicação de forma como prescrita pelo médico; sensibilização para doenças simples das crianças, procedimentos em caso de urgência médica – formas de agir.

Relativamente ao último grupo, o da área geral da qualidade da relação, com igual importância esteve a proximidade física e o tipo de discurso, com muito menor importância esteve a partilha de informações/tomada de decisão.

Para este grupo estabeleceu-se como objetivos a necessidade de criar e manter uma boa comunicação entre todos os elementos da família. A importância e mecanismos para melhorar a comunicação e a interação, Promover a escuta e o diálogo ativo entre toda a família. (Capelo e Carinhas, 2011:160-163)

5.5.5 Análise swot aos pais – resultados

Como forma de caracterizar os grupos que estiveram envolvidos na aplicação do programa de treino de competências parentais, decidiu-se aplicar a análise swot⁶⁰. A terminologia da palavra é resultado da combinação de quatro palavras, ou seja S de *strengths*, isto é força, o W de *weaknesses*, significa fraquezas, O de *opportunities*, ou oportunidades e T de *threats*, ou seja ameaças. Esta é uma ferramenta de apoio desenvolvida há mais de 50 anos, como forma de permitir que as empresas pudessem definir estratégias mais adequadas para situações adversas, permitindo conhecer o mercado envolvente a partir das situações de ameaças e oportunidades. (Murraças, 2008: 74-75).

Num primeiro grupo, foi aplicado a análise swot a todas as famílias do estudo. Metade do grupo apresentou vários pontos positivos relevantes com a aplicação do plano de treino de competências parentais. Da mesma maneira, metade do grupo apresentou algumas e importantes oportunidades com o impacto do treino de competências parentais. Foram apresentados por todas as famílias do estudo, pontos fracos, ameaças em relação ao programa de treino de competências parentais a que foram submetidos. Seguidamente apresenta-se a análise swot comparativa das seis famílias do estudo.

Quadro 11 - Análise swot comparativa das famílias do estudo

<p>Pontos Positivos</p> <p>“Foi positivo, a ajuda. Ajudou a organizar”; Motivação que a Equipa Técnica fez”/“Colaboração da Equipa Técnica.”</p> <p>“Foi muito positivo falar com os técnicos”.</p> <p>“Aprendemos muitas coisas novas que não saibamos”.</p> <p>2 Não identificam</p> <p>1 Recusa</p>	<p>Pontos Fracos</p> <p>“Demorava mais a ir para casa”</p> <p>“Terminou esse trabalho, gostava que tivesse continuado”</p> <p>“Pena já terminou, gostava que tivessem continuado”</p> <p>2 N identificaram</p> <p>Não resolveram nada</p>
<p>Oportunidades</p> <p>“Aprendi novas coisas”/“Mudança radical”.</p> <p>“Poder sair daqui com as filhas mais rapidamente”.</p> <p>“Abriram-nos os olhos”.</p> <p>2 Não identificam</p> <p>1 Recusa</p>	<p>Ameaças</p> <p>“Dificuldade em pôr em prática todas as novas informações que me passaram”.</p> <p>“Pedido dos documentos de identificação das filhas por parte da Equipa Técnica”</p> <p>“Foram muitas informações, não sabemos se vamos conseguir pôr em ação tudo”.</p> <p>“Os meus filhos continuam aqui”.</p> <p>“O meu filho continua a sofrer”.</p> <p>(Recusou fazer o trabalho de competências. Não há dados.)</p>

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

⁶⁰ Ver anexo C – Instrumento de avaliação do programa de competências parentais aplicado às famílias do estudo

5.5.6 Análise swot em focus grupo aos colaboradores do CAT - resultados

Ao grupo de colaboradores do CAT Casa da Palmeira, composto por duas equipas distintas, a equipa técnica e a equipa dos ajudantes de ação direta, foi aplicado a análise swot em focus grupo, como forma de recolha e análise de dados de pesquisa qualitativa.

“ (...) o grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre o tema ou foco específico.” (Backes et al., 2011: 438)

A metodologia do focus grupo é de entrevista em grupo, permitindo aos seus elementos que apresentem e explorem a sua forma de abordagem sobre um tema. A interação em grupo permite que todos tomem conhecimento das opiniões dos seus membros.

Na aplicação da análise swot em focus grupo nos colaboradores do CAT Casa da Palmeira no âmbito do programa de treino de competências parentais, foi aplicada a nove colaboradores das duas equipas do CAT⁶¹ e obtiveram-se pela totalidade dos elementos vários resultados positivos, de onde se destacam principalmente o investimento nos pais para a mudança comportamental, mediante a responsabilidade para os cuidados parentais, por forma a potenciar a reintegração familiar. As equipas apresentaram o facto de alguns pais terem conseguido uma melhor e mais fácil aproximação não só aos filhos como aos colaboradores.

Relativamente aos pontos fracos, a totalidade dos elementos das duas equipas destacaram que o tempo de aplicação do treino de competências e recursos envolventes foi reduzido, assim como consideram que os pais apresentaram de forma geral alguma resistência para a aplicação do treino de competências e alguma manipulação/falta de veracidade na aquisição de novas metodologias de educação parental.

Relativamente à ponto da análise swot de oportunidades, a totalidade dos elementos referiu que com a possibilidade dos pais participarem no treino de competências familiares permitiu que melhorassem as suas capacidades parentais, conseqüentemente poderem mais rapidamente conviverem com os filhos, visto que se perspectivou que possam passar férias e fins de semana com os pais para o cumprimento da reintegração familiar.

Por último, no item ameaças, a quase totalidade dos elementos mencionou que a aplicação do treino de competências parentais no final das visitas familiares não permitiu melhor aproveitamento devido ao cansaço dos pais, logo uma maior resistência em colaborar e por vezes apresentação de uma má conduta pelos pais.

⁶¹ Ver anexo D – Instrumento de avaliação do programa de competências parentais aos colaboradores do CAT que participaram no estudo

Quadro 12 - Análise swot em focus grupo dos colaboradores do CAT Casa da Palmeira

<p>Pontos Positivos</p> <p>Instrução/sensibilização dos pais para os cuidados e responsabilidades parentais. Preparação/investimento dos pais para a mudança, favorecendo a reintegração familiar. Sensibilização dos técnicos para a necessidade da aplicação de instrumentos de trabalho ao nível das competências parentais Organização no método de trabalho. Ferramenta de gestão. Reorganização de dinâmicas familiares (redefinição de rotinas; redefinição de papéis; Responsabilização no processo; Orientação para a definição dos projetos de vida Orientação para hábitos de vida saudáveis (alimentação; rotina do sono; rotina escolar; tempos livres); Estratégias para gestão económica; Orientações para a procura de emprego. Nota-se uma maior participação por parte dos pais no dia-a-dia das crianças, nos eventos escolares, A.T.L e JI; Nota-se que pelo facto de acompanharem os filhos por vezes a consultas e em outras situações, os pais tornaram-se mais atentos e falam mais abertamente connosco sobre esses assuntos; Na Mãe das gémeas notou-se que houve uma reaproximação muito grande com as meninas quando começou a participar nas rotinas diárias das meninas na casa, assim como uma aproximação da equipa da casa. Houve algumas melhorias em algumas famílias; Pontualidade; Higiene pessoal; Assertividade Melhoria das relações (interação); Esforço para resolver situações; Reorganização social e familiar. Algum empenho por parte de algumas famílias. Disponibilidade em participar em eventos.</p>	<p>Pontos Fracos</p> <p>Alguma resistência na aplicação do treino de competências parentais a algumas famílias, por falta de reconhecimento das suas dificuldades e mesmo potencialidades parentais. Baixa autoestima dos pais. O tempo de aplicação do treino de competências parentais ser reduzido. Falta de hábitos dos pais na reflexão, introspeção. Dificuldade em garantir um total anonimato. Fraca adesão dos pais (recusa ou não cumprimento das metas estabelecidas). Se depois desta reaproximação com a família o regresso a casa não for o caminho para a criança, o corte com a família não irá ser mais difícil de realizar. Resistência da parte das famílias. Desinteresse. Falta de resultados; Tentativa de manipulação, nomeadamente faltando à verdade Algumas famílias não transmitiram valores aos filhos mesmo depois do trabalho feito com as mesmas. Famílias pouco participativas.</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Melhor conhecimento das dificuldades e potencialidades das famílias. Possibilidade de potenciar as competências parentais com vista a um adequado projeto de vida do menor com a possibilidade de reintegração familiar. Espaço de discussão e de troca de experiências em torno desta temática. Possibilidade de emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha refletido anteriormente Aumento da periodicidade das reuniões; Avaliações periódicas para redefinição de metas. Para os pais acho que ajuda a melhorar as suas condições e práticas educativas. Para as crianças além de passarem mais tempo com os pais, vêm os pais a voltar a participar nas suas vidas o que lhes traz grande felicidade e por vezes esperança do retorno para casa estar para breve. Algumas crianças começaram a ter a oportunidade de irem passar o fim de semana e férias a casa, porque os pais melhoraram os comportamentos habituais. Integração familiar. Aumento em qualidade e quantidade na relação com as crianças. Consolidação comportamental relacional social e socioeconómica propicia a uma conjuntura familiar saudável. Reintegração familiar.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Projeto de 1ª fase, sem conhecimento de novas fases de trabalho. Aplicação de grelhas para o treino de competências parentais, após visitas familiares, cansaço dos mesmos, menor aproveitamento Juízos de valor dos técnicos Afastamento dos pais como forma de evitar o confronto Houve alguns familiares que ameaçaram não visitarem mais os respetivos filhos. 1 Não identifica Má conduta comportamental Ameaças verbais; Insultos. Resistência em colaborar com o programa.</p>

Fonte: Manual de trabalho do Plano Sere+ 2013 aplicado ao CAT CP

É importante nesta fase do trabalho, apresentar ainda uma síntese comparativa de aspectos semelhantes entre pais e colaboradores na aplicação do treino de competências parentais, assim como aspectos diferentes entre os mesmos grupos. Dessa análise comparativa conclui-se o seguinte:

Aspectos semelhantes:

- A aplicação do treino de competências parentais foi positiva para pais e colaboradores, visto que os pais de forma geral consideraram que foi uma ajuda na sua organização pessoal e familiar, pois aprenderam coisas novas. Para os colaboradores foi igualmente positivo o programa de competências parentais visto que permitiu uma reorganização das dinâmicas familiares (redefinição de rotinas; redefinição de papéis), favorecendo aos colaboradores a orientação para a definição dos projetos de vida das famílias/crianças institucionalizadas.
- A aplicação do treino de competências parentais permitiu a aproximação dos pais aos filhos, aos colaboradores do CAT, melhorando a interação entre todos.
- Empenho na colaboração do programa do treino de competências parentais por parte dos pais e colaboradores do CAT.
- Reconhecimento das dificuldades e potencialidades de metade dos pais na aplicação do treino de competências parentais e melhor conhecimento das dificuldades e potencialidades das famílias pelos colaboradores do CAT.
- Algumas famílias acharam que o tempo de treino de competências familiares foi diminuto. Os colaboradores consideraram igualmente que o tempo de aplicação do programa foi reduzido.

Aspectos diferentes:

- Os colaboradores do CAT consideraram que metade dos pais têm baixa auto estima e apresentam grande resistência à mudança, assim como resistência no reconhecimento de fragilidades ao nível das competências parentais negando a necessidade e colaboração na aplicação do programa (treino de competências parentais).
- As famílias resistentes à aplicação do programa de treino de competências parentais não manifestam qualquer benefício para as suas vidas, na aplicação do programa, pois consideram possuir competências parentais suficientes.
- Os colaboradores do CAT consideraram que algumas famílias melhoraram as suas competências parentais a partir da aplicação do programa de treino de competências parentais, contudo as famílias não resistentes à aplicação do programa, consideraram que será difícil porém em prática toda a informação transmitida no programa.

VII CONCLUSÕES GERAIS E REFLEXÕES

Conclusões gerais e reflexões

Importa neste momento, como fase conclusiva, compor os diferentes contributos expostos ao longo deste trabalho de carácter teórico-empíricos, fazer desta forma, referência e destacar as principais conclusões, reflexões e pistas futuras de intervenção e investigação para os técnicos que trabalham na área das famílias carenciadas, mas também fazer algumas propostas de melhoramento ao nível do corpo de técnicos mas igualmente ao nível político. É preciso olhar com outra perspectiva para a intervenção do Estado e para a intervenção da sociedade civil, sendo esse o reflexo que a economia social, mas principalmente a Economia Solidária nos deixa a pensar, mas de forma inquieta.

O tema central do presente trabalho foi a análise da implementação de um plano de treino de competências parentais em pais com filhos institucionalizados: estudo de caso do centro de acolhimento temporário – Casa da Palmeira da Associação Luís Pereira da Mota. Assim, o trabalho foi dividido num primeiro momento numa componente prática, a partir da construção e implementação do plano de treino de competências parentais e num segundo momento na análise dos dados. O interesse pelo tema das competências parentais permitiu realizar o presente trabalho e desta forma recorrer à revisão bibliográfica associada ao tema, como forma de completar os resultados do estudo.

Foi possível o confronto com inúmeras referências bibliográficas em vários temas abordados neste trabalho, como a família e sua evolução, crianças e jovens em risco e perigo. Existem igualmente inúmeros autores que refletem e questionam os conceitos de pobreza e exclusão social. Contudo, relativamente à evolução histórica e principalmente a implementação da economia social e economia solidária, a forma crítica refletiva da implementação das políticas públicas em Portugal com particular destaque para as medidas de apoio às famílias, suas implicações, a intervenção destas pelos profissionais que de perto trabalham com as famílias, carecem referências que nos leva a crer que há ainda pouca inquietação e sentido crítico sobre a verdadeira forma de luta contra as desigualdades sociais.

É do conhecimento de todos que a estrutura da família alterou não só porque deixou de apresentar uma forma alargada na sua tipologia devido às vicissitudes da história, pois os tempos de mudança aconteceram sempre, mas damos particular destaque à época da revolução industrial, provocando migrações em massa para os meios urbanos, à procura de uma forma de vida melhor e com mais qualidade, em que não há espaço para os mais velhos e as crianças, essas embora passando de uma situação de invisibilidade nos afetos e nos direitos, ainda vivem a exploração da época em que o trabalho se sobrepõe à família. Contudo, a família vive agora não só a rutura com a sua estrutura anterior, reconhece que afinal a vida não melhorou, reconhece que foi explorada e as suas condições de vida são péssimas, gerando-se miséria.

Tal como diz Amaro (2010), a economia social tentou dar respostas aos problemas sociais e humanos dos trabalhadores da época da revolução industrial, a partir da formação do movimento associativo, com base democrática dando prioridade à pessoa e não ao lucro. Laville (2009) vem explicar que exatamente pela aproximação a esse meio associativo é que o indivíduo poderá desenvolver

livremente cada uma das suas faculdades, realizando-se desta forma como individuo social. Este autor dá ainda atenção para a importância da solidariedade, cooperação e reciprocidade, sendo estas formas, meios de luta contra as desigualdades sociais.

Quando falamos em desigualdades sociais é fundamental apresentar formas anti pobreza, assim as ideias defendidas por Costa (2001), Henriques (2006), Amaro (2003) e Laville (2010), que embora em formatos um pouco diferentes, apresentam conformidade, referem que a pobreza e a exclusão social apenas são resolvidas pela superação quer das necessidades básicas, quer nas demais necessidades que permitem que os indivíduos sejam plenos de direitos. Tal só é possível envolvendo os indivíduos pobres nos seus problemas como forma de reconhecimento dos mesmos, devendo estes, conhecer os recursos da comunidade, fazê-los participar, ganhando novas competências com vista à sua autonomização. Ao mesmo nível de importância, encontra-se a sociedade civil e o Estado, em que terá que haver uma inclusão destes organismos na resolução dos problemas da pobreza. Deverão ser implementadas políticas mais inclusivas.

Vimos neste trabalho que as políticas públicas voltadas para a família centram-se no aumento da natalidade, no apoio de assistência social, com a previsão de superar de necessidade básicas, como a alimentação, vestuário e medicamentos. Dar resposta a situações de crianças em risco e perigo e a novas situações de pobreza. Ainda aumentar o número de beneficiários nos equipamentos de infância e de idosos. Contudo, as conclusões do Observatório das Famílias e das políticas das famílias referem que as famílias apresentam cada vez mais dificuldades aos níveis principalmente das necessidades básicas. Referem que desde a implementação das novas políticas de apoio à família, que estas não são uma real política da família.

É um facto, que com as consequências da globalização e da crescente europeização, como nos diz Hespanha (s/d), que as políticas publicas provocam pressão não só nos governos, nas instituições e nos profissionais que as implementam. São políticas mais exigentes na sua aplicação, mas também mais frágeis de desvirtuar.

Desta forma e reportando os resultados do estudo de caso, como forma conclusiva, podemos dizer que as famílias do estudo estão enquadradas como famílias vulneráveis, visto experimentarem em simultâneo e todas de forma prolongada, situações de carência ao nível das necessidades básicas, encontrando-se todas em situação de pobreza, tal como nos refere o guia da CNPCJR, como sendo o económico (com falta de rendimentos que provenham de trabalho, subsídios), habitacional (precariedade habitacional ao nível das suas condições e falta de regularização) social (apresentando baixas competências sociais, emocionais e culturais) ao nível escolar (apresentando baixas competências escolares), entre outras fragilidades como sendo a tipologia monoparental, tal com apresentam metade das famílias estudadas.

Das seis famílias que participaram no estudo, cinco são uma segunda geração de famílias multiassistidas. Levando-nos a sustentar na ideia de Henriques (2006) e Costa (2001) quando

referem que a pobreza prolongada provoca modificações não só no quadro de valores como afeta a saúde mental dos indivíduos.

Todas as famílias do estudo foram consideradas como famílias maltratantes, visto que todas as crianças institucionalizadas, seus filhos, apresentavam múltiplas negligências. Não esquecendo que as relações emocionais entre pais e filhos do estudo são de carácter predominantemente hostil, conflituoso entre progenitores e distante ou apático para com os filhos.

Dos resultados do programa, cerca de metade dos pais, colaborou no programa e outra metade não colaborou ou desistiu. Mesmo os que colaboraram, quando apuramos a sua apreciação sobre o programa, os resultados são pouco conclusivos, verificando-se uma resistência por parte dos pais na aplicação do programa. Independentemente dos colaboradores do CAT afirmarem que o programa de treino de competências parentais tenha provocado mudanças estruturais e significativas nos pais. Podemos concluir e baseando-nos no que Alarcão (2000) refere sobre os motivos da resistência das famílias, que pelo facto das famílias serem um sistema auto poético, significa que apenas aceitam um conjunto finito de transformações estruturais, mas mantêm sempre a sua organização.

Refletindo e concluindo a forma de intervir dos profissionais que fizeram parte do programa e no seguimento do referido anteriormente, podemos concluir baseando-nos em Carvalho (2013) que refere que as famílias pelo facto de serem um sistema sistémico, deve-se ter em conta a sua imprevisibilidade e por isso os programas de competências parentais são um desafio para os técnicos. Pelo facto dos resultados do programa não serem significativamente positivos, embora os profissionais tenham de forma unanime referido com insistência que o impacto do programa nos pais tenham sido positivo com modificação estruturante de comportamentos, pode ser explicado por Pinto quando nos diz que os técnicos têm falta de foco social, por vezes dificuldade na diferenciação do tipo de intervenção a desenvolver, ou seja, falta de clareza na intervenção.

Assim como forma conclusiva e enunciando algumas propostas de melhoramento de programas de competências parentais, deve dizer o seguinte;

Chegou o momento das últimas reflexões e conclusões que nos levam a pensar em propostas de melhoramento. Na realidade o presente trabalho académico leva-nos a concluir que há um longo caminho a percorrer não só ao nível do quadro conceptual como definições de conceitos, clarificação do quadro legislativo, com particular destaque para as medidas de promoção e proteção como nos sugere Rodrigues (2012), quando refere que há dificuldades na aplicação das Medidas de Promoção e Proteção ao nível do tipo de intervenção, falta de clarificação da lei.

Ainda é necessário redobrar a atenção para os profissionais que necessitam de ter uma boa formação académica, com reciclagem de saberes e dar importância à supervisão, visto que como nos diz Pinto (2011), os técnicos estão desvirtualizados na sua atuação no campo sociopolítico da intervenção, afirmando os princípios de justiça social.

Os técnicos devem criar estratégias complexas na intervenção para ultrapassarem os obstáculos das resistências da intervenção familiar, como nos diz Grilo (2013). Devem desta forma, desenvolver relações de confiança, promovendo o diálogo, valorizar a singularidade das famílias, recorrer a redes formais e informais.

Ao longo do presente trabalho confirmamos a evolução e importância que os programas de competências parentais apresentam e o resultado positivo que deles advém. Mas estes programas têm que ser repensados, não só na sua estrutura como na sua aplicação e avaliação. O trabalho a este nível apresenta-se ainda de forma fragmentada e pouco notória. Há que repensar seriamente na sua importância. Como responder de forma mais eficiente e eficaz a este problema social da falta ou más competências parentais. É realmente o Estado a partir da implementação de políticas mais inclusivas que poderá dar uma resposta de forma mais adequada e em consonância com a sociedade civil? Fica aqui o desafio de dar continuidade a estas respostas.

BIBLIOGRAFIA

Aleixo, Anabela (2011), *Economia Solidária Alguns elementos de base para a compreensão, segundo as conferências de Jean-Louis Laville, ISCTE 2010*, Trabalho de Avaliação Seminário I e II – Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas do Mestrado Economia Social e Solidária ano lectivo 2010/2011, Lisboa, ISCTE.

Almeida, Marta (2006), *As instituições de solidariedade social de protecção a crianças em perigo: que intervenção? Estudo de caso da Associação de Beneficência Luso – Alemã*, Dissertação de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundais – Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.

Amaro, Rogério (2013), “*Seminário Banco do Tempo e Economia Solidária*”, *O Banco do Tempo em Revista*, (Online), 16 (4).

Disponível em: http://www.bancodetempo.net/files/Newsletter_1391805112.pdf

Amaro, Roque (2003), “A Luta contra Pobreza e a Exclusão Social em Portugal, *Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

Backes, Dirce, Juliana Colomé, Rolf Erdmann, Valéria Lunardi (2011), “*Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas*”, Artigo de revisão/review article/discusión crítica, *O Mundo da Saúde* (Online), 35 (4).

Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/88/10_GrupoFocal.pdf

Bayle, Filomena e Serge Martinet (2008), *Perturbações da Parentalidade*, Lisboa, Climepsi Editores.

Capelo, Vânia e Vera Carinhas (2011) *Crianças e Jovens em Risco – A família no centro da intervenção*. Espaço da Família – Programa de Formação Parental, Cascais, Edição Princípia.

Carvalho, Maria (2013), *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Carvalho, Maria e Hugo Cruz (2011) *Crianças e Jovens em Risco – A família no centro da intervenção. A condição da Infância em Portugal*, Cascais, Edição Princípia.

Cattani, António David, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger, Pedro Hespanha (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

Chanial, Philippe e Jean-Louis Laville (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia, Associativismo*. Coimbra, Almedina.

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (s.a.), Guia de Orientação para profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo, (s.l.) (s.n.)

Costa, Alfredo (2001), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva/Coleções Fundação Mário Soares.

Costa, Rosalina Pisco (2013), “Representação gráfica de famílias com recurso ao Genopro®: (Re)descobrir o genograma familiar no contexto da investigação qualitativa”, comunicação apresentada no II Congresso Luso-brasileiro em Investigação Qualitativa – Tecnologia da Informação em Educação, Aveiro.

Defourny, Jacques (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia, Economia Social*. Coimbra, Almedina.

Freire, Filipa e Joana Alexandre (2013), *Crianças em Risco e Perigo Contextos, Investigação e Intervenção Vol 3 - Factores de Risco e Protecção numa amostra de adolescentes de etnia cigana*, Lisboa, Edições Sílabo.

Governo, Ana (2012), *Quem muito abarca pouco abraça? A percepção das famílias pobres multidesafiadas sobre as suas competências em diferentes níveis de apoio formal*. Dissertação de Mestrado integrado em psicologia – secção de psicologia clínica e de saúde/núcleo de psicologia clínica sistémica. Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de psicologia.

Grilo, Patricia (2013), Manual de praticas colaborativas e positivas na intervenção - parte I A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis social, Portugal, EAPN.

Henriques, José (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*, Dissertação de Doutoramento Economia, Lisboa, ISCTE.

Henriques, José (2010), “Acção Contra a Pobreza em Áreas Urbanas em “Crise”: Desafios e Possibilidades”, *Sociedade e Trabalho, Publicação Co-financiada pelo Fundo Social Europeu. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Gabinete de Estratégia e Planeamento*, (Online), 41.

Disponível em: <http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/rst41.pdf>

Henriques, José (2010), “Integração económica” na acção contra a pobreza”, *A crise actual e as respostas da economia solidária – Crise, economia social e solidária*, 2, pp. 83-112.

Hespanha, Pedro (s.a), *Políticas Sociais: Novas Abordagens*. Lisboa, CES/FEUC.

Instituto da Segurança Social, (2008), “Formação Parental interrupção do Mau Trato e da negligência – I congresso Internacional de adopção à procura de uma história comum”, *Pretextos em Revista* (online), 32.

Disponível em www4.seg-social.pt/documents/10152/63350/revista_pretextos_32

ISS. I.P, (2007), *Gestão da qualidade das respostas sociais – Centro de Acolhimento Social – Manual de processos –Chave Vol I (s.l.) (s.n.)*.

McGoldrick, Monica e Randy Gerson (1985) *Genograms in Family Assesemt*, New York, Norton

Murraças, Filipe (2008), *A relância da Cultura na Competitividade Nacional: O Caso da Marca Portuga.*, Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE

Penha, Maria (1996), “Crianças em Risco”, *Documentos temáticos*, (Online), 4.

Disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/Crianças_risco

Pereira, Pedro e Salomé Santos (2013), *Crianças em Risco e Perigo Contextos, Invetigação e Intervenção Vol 1 - Conceptualização de Situações de Mau Trato Da Lei de Protecção à Avaliação Psicossocial*,Lisboa, Edições Sílabo.

Pinto, Carla (2011), *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.

Programa do XIX Governo Constitucional (2011), Presidência do Conselho de Ministros. (s.l.), (s.n.).

Quintela, Ana (2009), *A Emergência da Economia Social e Solidária e de 2º nível como Estratégia Individual de Promoção da Sustentabilidade das Organizações de 1º Nível. O Caso da ADL*, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE.

Rodrigues, Maria (2012), *A aplicação de medidas de Promoção e de Protecção da Criança em Risco/Perigo: Contexto Psicossocial da Tomada de Decisão*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, ISCTE.

Rodrigues, Maria (2012), *A Aplicação de Medidas de Promoção e Protecção da Criança em Risco/Perigo: Contexto Psicossocial da Tomada de Decisão*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, ISCTE.

Sousa, Alberto (2012), *Problemas da Família e da Criança*, Coimbra, Edições Almedina.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento – A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Travis, Susan (2003), *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, PUC.

Unicef, (1989) *Convenção dos Direitos da Criança (s.a)*

Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Vilhena, Junia (s.a.), "Repensando a Família", *Revista Tempo Psicanalítico*, (online) 32 .

Wall, Karin (2005), *Famílias em Portugal Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Wall, Karin, Mafalda Leitão, Susana Atalaia (2014), *Principais desenvolvimentos das políticas de família em 2013*. Relatório 2013. Lisboa, Observatório das Famílias e das Políticas de Família.

Wendt, Naiane e Crepaldi Maria, (2008) "A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa", *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21. (2)

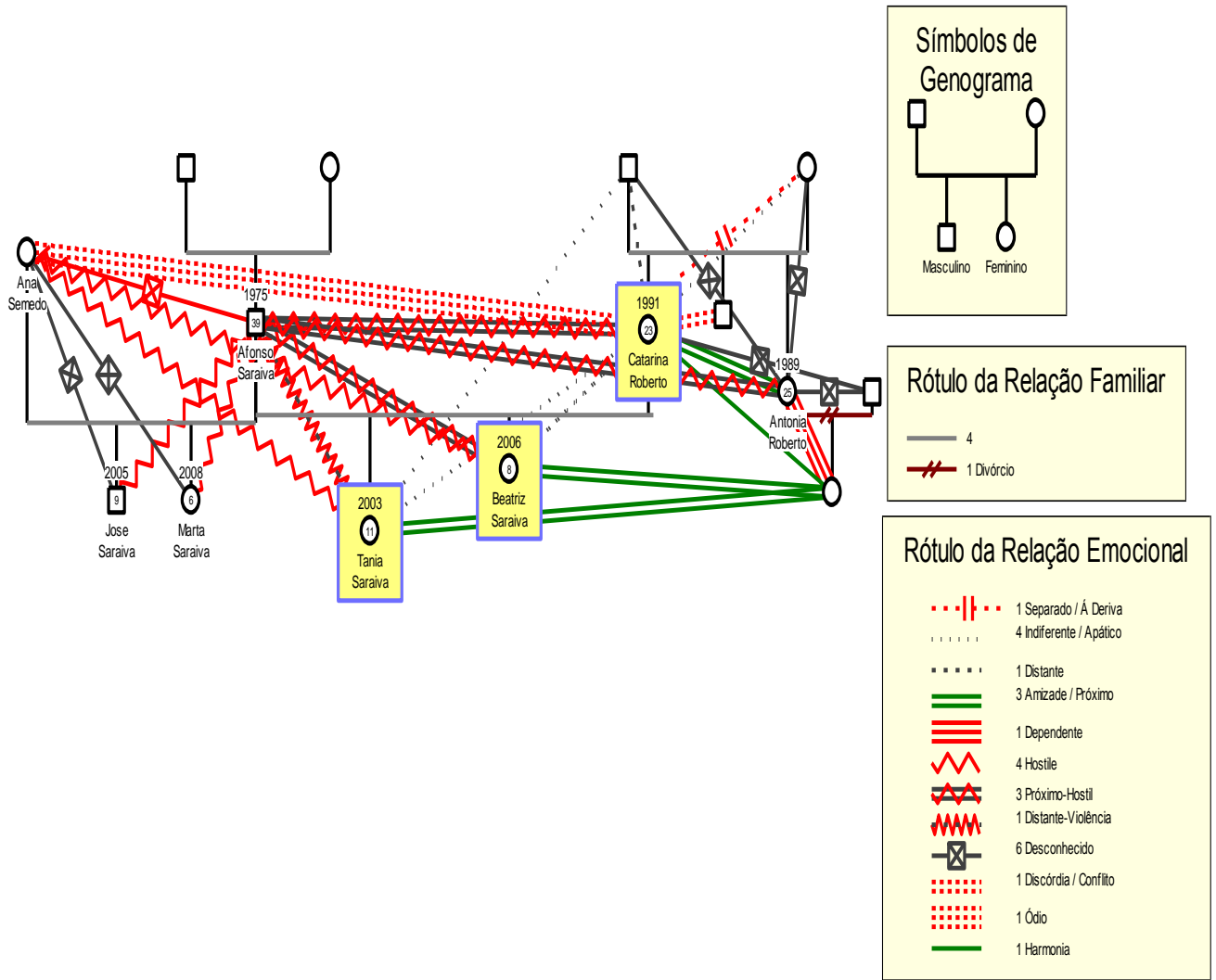
Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0229.pdf>

ANEXOS

ANEXO A – GENOGRAMAS DAS FAMÍLIAS DO ESTUDO

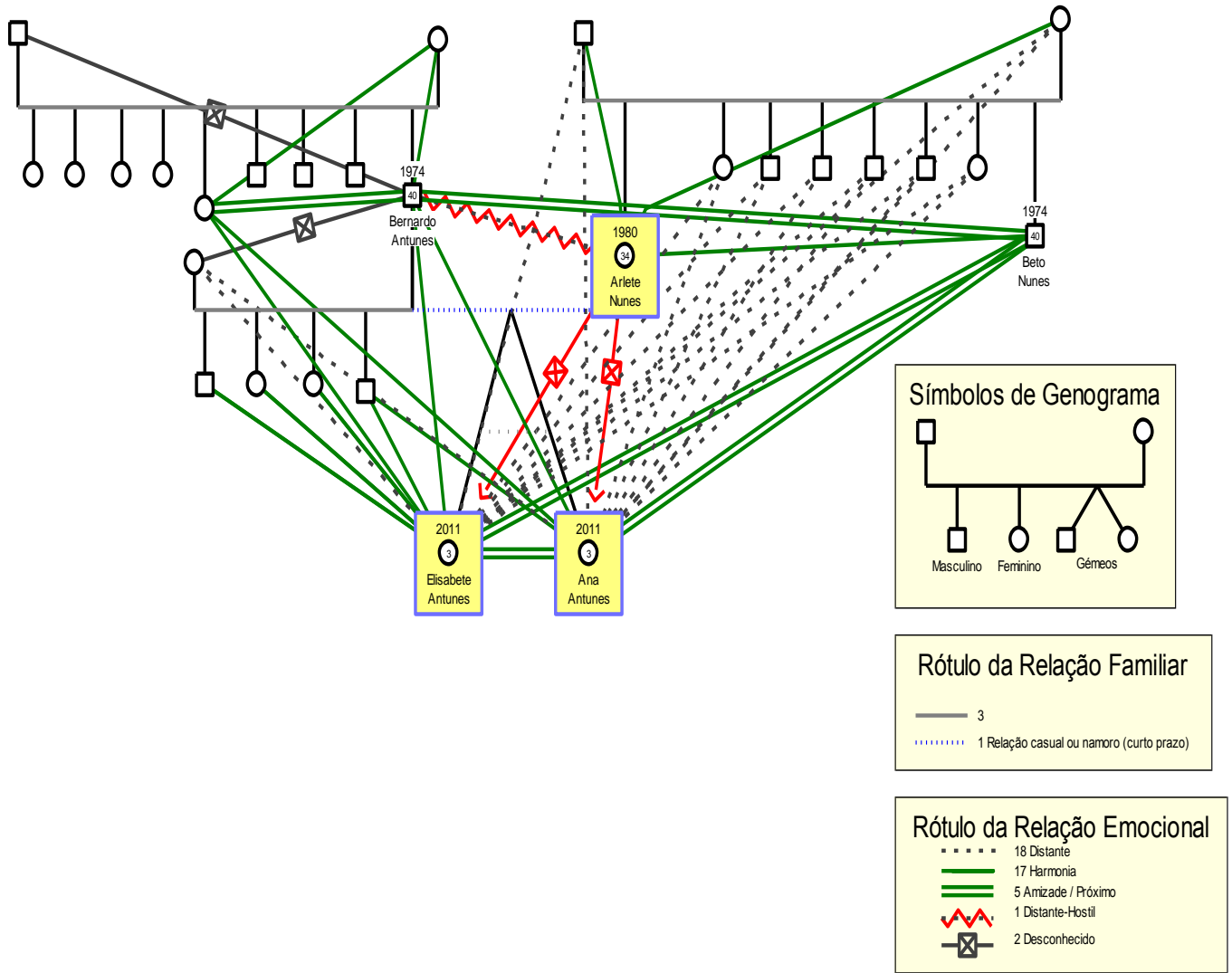
Anexo A 1 – Genogramas da família Saraiva

Família Saraiva



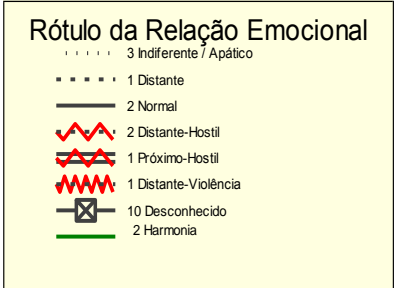
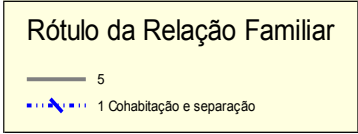
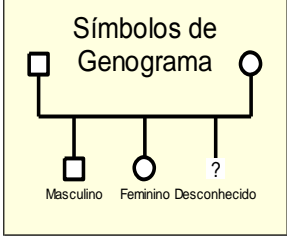
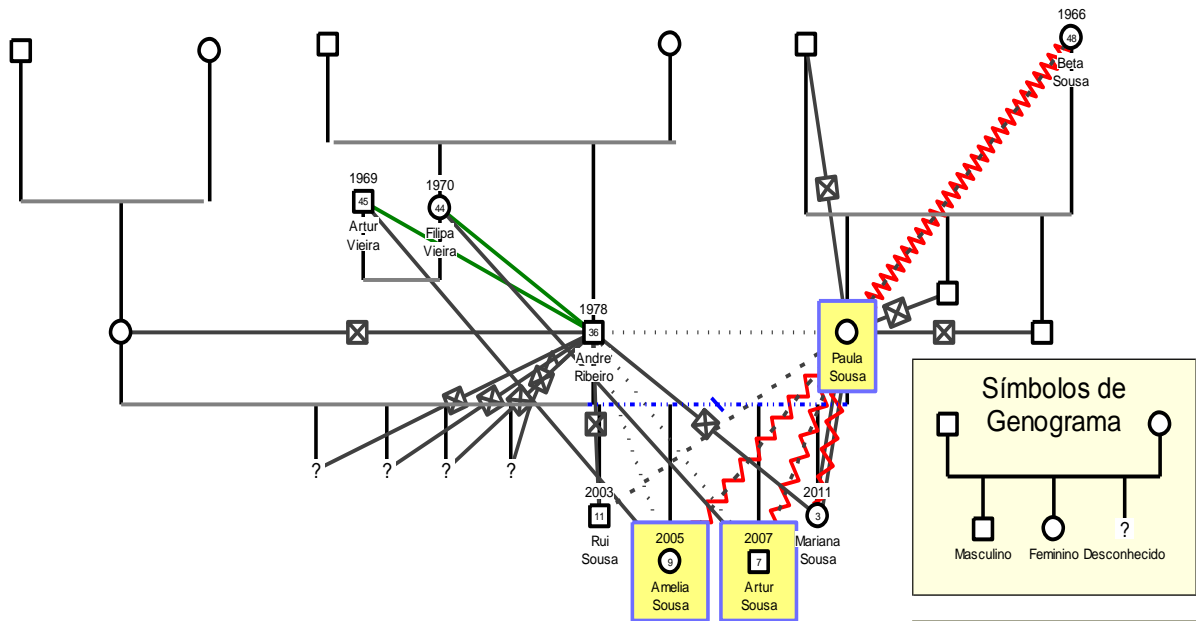
Anexo A 2 – Genogramas da família Antunes

Família Antunes



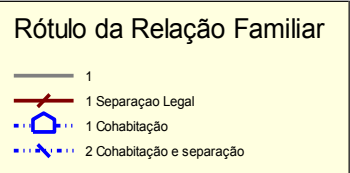
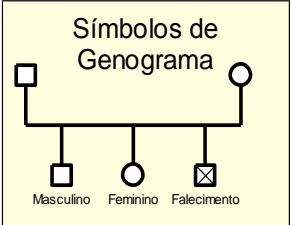
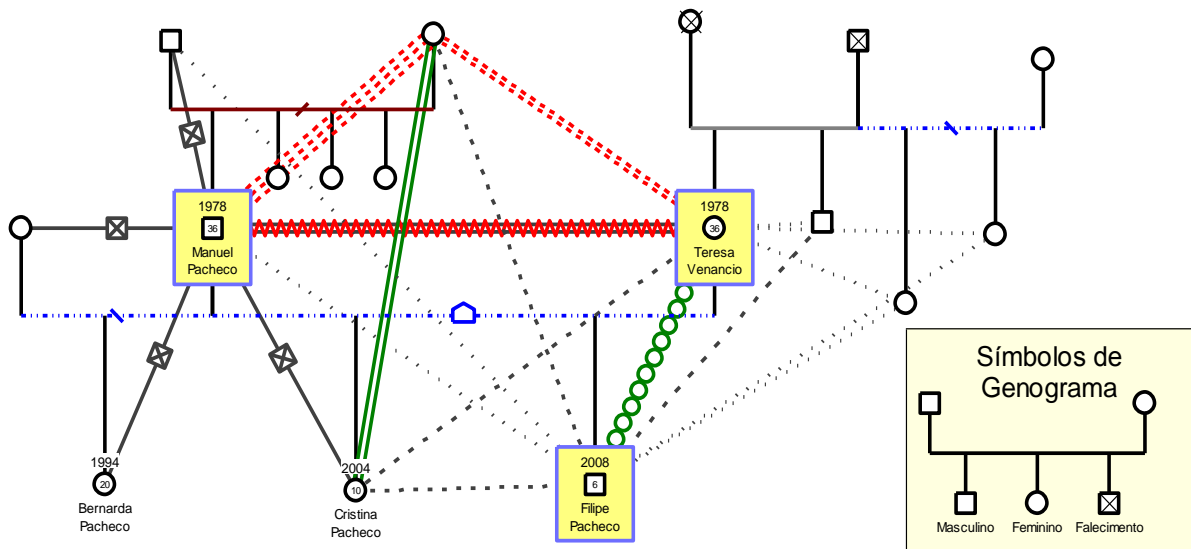
Anexo A 3 – Genogramas da família Sousa

Família Sousa



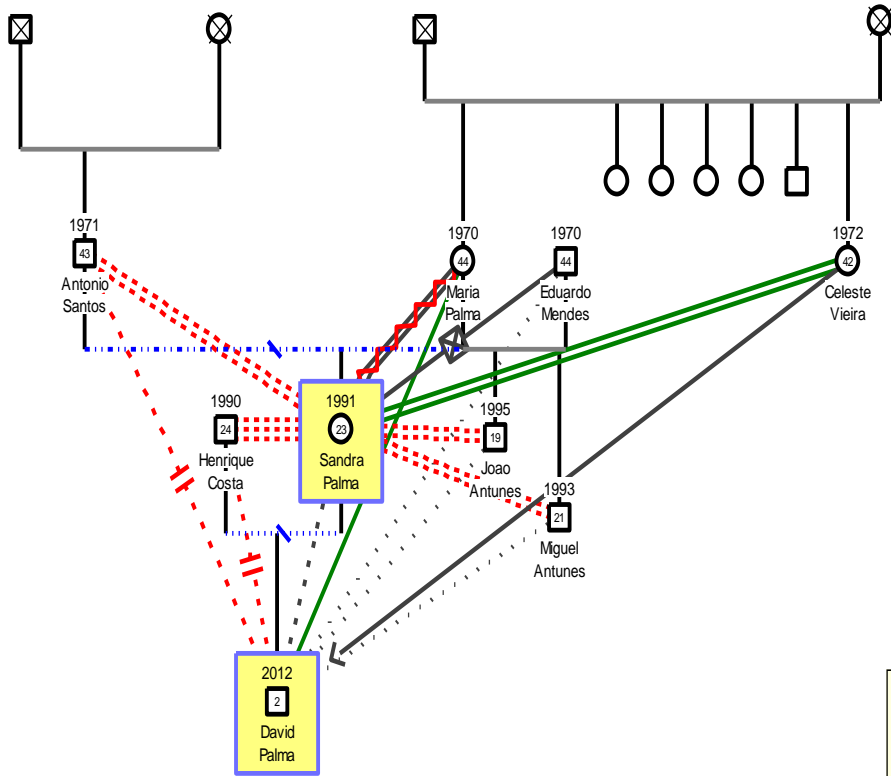
Anexo A 4 – Genogramas da família Pacheco

Família Pacheco



Anexo A 5 – Genogramas da família Palma

Família Palma



Símbolos de Genograma

Masculino Feminino Falecimento

Rótulo da Relação Familiar

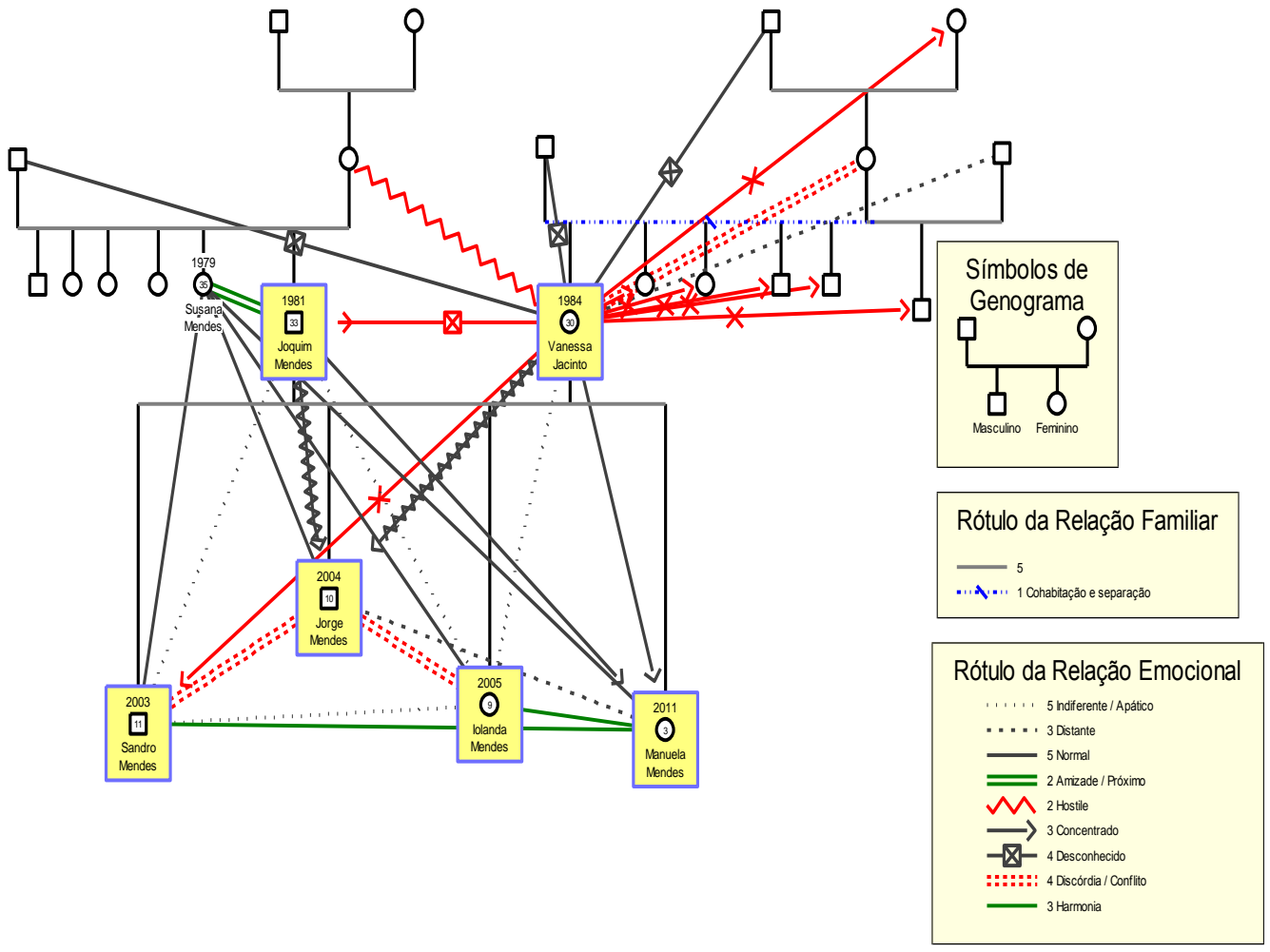
- 3
- 1 Cohabitação e separação
- 1 Relação casual e separação

Rótulo da Relação Emocional

- 2 Separado / À Deriva
- 3 Indiferente / Apático
- 1 Distante
- 1 Amizade / Próximo
- 1 Próximo-Hostil
- 1 Concentrado
- 1 Desconhecido
- 3 Discórdia / Conflito
- 1 Ódio
- 1 Harmonia

Anexo A 6 – Genogramas da família Mendes

Família Mendes



ANEXO B – GRELHA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS APLICADAS ÀS FAMÍLIAS EM ESTUDO

Grelha de competências parentais

Nome do menor:

Nome dos pais que estiveram presentes:

Áreas Gerais	Áreas Específicas	Para os filhos	Para os pais	observações
Higiene Pessoal e auto-imagem	Banho			
	Lavar os dentes			
	lavar as mãos (antes das refeições e após ida ao WC)			
	Aparência Cuidada			
Refeições (avaliação em domicílio)	Nº de refeições diárias			
	Horários			
	Variedade de alimentos			
	local das refeições			
	Dinâmica familiar			
	limpeza da cozinha			
Organização de Espaços	Organização do quarto (institucional ou domicílio)			
	Organização da sala (domicílio)			
	Organização da cozinha (domicílio)			
	Outros espaços(domicílio)			
Competências Sociais	Situação de emprego			
	Valores cívicos e morais			
Apoio Escolar	Organização de material escolar			
	Acompanhamento ao estudo			
	Presença nas reuniões de pais			
Saúde	Acompanhamento médico de rotina			
	Prevenir situações de doença			
	Detectar sintomas			
	Dar resposta a situações de doença			
Qualidade da relação	Proximidade física			
	partilha de informações/tomada de decisões			
	Tipo de discurso			

**ANEXO C – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS APLICADO ÀS
FAMÍLIAS DO ESTUDO**

Aplicação de análise swot aos pais com filhos da valência Centro de Acolhimento Temporário – Casa da Palmeira – ALPM entre Setembro e Novembro de 2013.

Situação: Análise Swot sobre o trabalho realizado de competências parentais aos pais do Programa Sere +

Análise do Meio Envolve e da Valência _____ | Análise SWOT

Análise interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Oportunidades	Ameaças

Análise Externa

ANEXO D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS AOS COLABORADORES DO CAT CASA DA PALMEIRA QUE PARTICIPARAM NO ESTUDO

Aplicação de análise swot aos colaboradores da valência Centro de Acolhimento Temporário – Casa da Palmeira que exerceram suas funções entre Setembro e Novembro de 2013.

Situação: Análise Swot sobre o trabalho realizado de competências parentais aos pais do Programa Sere +

Análise do Meio Envolve e da Valência _____ | Análise SWOT

Análise interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Oportunidades	Ameaças

Análise Externa